



Anais da Assembléia

N. 119

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1987

ANO XIII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 101.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1987
QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Belinati e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença a Senhora Deputada Ironði Pugliesi (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Eu primeiramente gostaria de registrar e tentar conferir o que está constando nesta Ata, que o motivo pelo qual eu votei contra ontem, não foi o teor do requerimento, foi que não tomei conhecimento do teor

desse requerimento, como não posso me abster, então eu votei contra por não tomar conhecimento e gostaria de aproveitar e pedir verificação de votação desta Ata.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)- Em requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à Chamada Nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à Chamada Nominal.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem)- Eu retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Eu retiro o pedido de Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está APROVADA a ATA.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja dado Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 254/87, oriundo da Mensagem Governamental nº 95/87.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno da Casa, a inclusão, na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei sob o nº 268/87, que concede reajuste salarial ao funcionalismo estadual.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado à Comissão de Educação desta Casa de Leis, para análise e pronunciamento a

respeito da denúncia do Ilustríssimo Senhor Professor Sérgio Gonçalves Lima, digníssimo Presidente do Sindicato dos Professores no Estado do Paraná, com relação a ação qualificada por aquela entidade de Classe, como abusiva de coação que algumas escolas vêm impondo na cobrança de matrículas antecipadas para o período letivo de 1988.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

SINPROPAR
SINDICATO DOS PROFESSORES NO
ESTADO DO PARANÁ

Of. Circ. n°017/87

Curitiba, 21 de outubro de 1987.

Senhor Deputado:

Na qualidade de membro representante do Sindicato dos Professores no Estado do Paraná, na Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação, temos feito uso de nossa representação em defesa dos interesses da comunidade. Assim sendo, sentimo-nos no dever de denunciar a ação abusiva de coação, que grande parte das escolas vêm impondo aos pais - a matrícula antecipada de seus filhos - para a qual, o chefe de família, além do pagamento da semestralidade vê-se obrigado a dispendir mais uma quantia significativa, que muitas vezes não dispõe, sob a ameaça de só assim poder assegurar, para o ano seguinte, os estudos de seu filho.

A grita dos pais tem sido uma constante junto a esta entidade e aos órgãos oficiais.

Como se vê na circular anexa, "O colégio Bom Jesus assim como os demais colégios de Curitiba, estão realizando período de 15 de outubro ... do corrente ano, a Matrícula para 1988"

Há uma ação organizada no sentido de assegurar uma cada vez mais alta lucratividade das escolas, em detrimento de todas as ações pedagógicas, não importando a capacidade ou não da comunidade poder absorver estes custos, pois sabem eles que o número de vagas ofertadas é maior do que a procura.

Como forma de coibir tais abusos, propusemos ao Presidente da Comissão de Encargos Educacionais, seja encaminhada à plenária do Conselho Estadual de Educação, deliberação normatizadora da cobrança de matrículas (parte da semestralidade) somente dentro do período do respectivo semestre.

Neste sentido, solicitamos a Vossa Excelência pronunciamento em defesa dos interesses da comunidade, contra estas ações extorsivas dos estabelecimentos de ensino, bem como, telegrama a presidenta do Conselho Estadual de Educação, ao Senhor Secre-

tário de Educação e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, a fim de que aos pais seja assegurado o direito Constitucional de dar educação a seus filhos; de evitar que tenham de passar pelo vexame da coação, sem terem a quem apelar. Uma vez configurada como única saída as escolas públicas, sabemos que o sistema da rede oficial de ensino não absorveria a quarta parte dos alunos, que, hoje, estudam nas escolas particulares.

Urge, pois, pensarmos também em ampliar e melhorar a qualificação do ensino público. Só assim tomaremos verdadeira a opção da escola particular, o que hoje é imposição do sistema, configurado pelo acima exposto.

Certo de que Vossa Excelência, não faltará com seu dever na defesa dos interesses daqueles que confiam em seus legisladores, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente

(a) PROF. SÉRGIO GONÇALVES LIMA
PRESIDENTE- SINPROPAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 19.11.87- 5. feira, em sessão especial de apoio ao I Encontro Paranaense de Cafecultura.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(aa) DIRCEU MANFRINATO

DOMINGOS SCAPELLINI

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário se faz explanar a importância que a cultura do café representa e já representou no passado para o Paraná e mesmo para o Brasil. Basta observarmos a Bandeira Estadual e a Bandeira do Império do Brasil que nela vislumbraremos ramos do café. Nem por isso essa cultura faz parte do passado, pois ela é atualmente uma das mais importantes fontes de recursos para a economia nacional.

Lastimavelmente sofre a produção cafeeira de mal gravíssimo que afeta toda a vida econômica nacional, indistintamente da posição econômica ou geográfica do Estado.

Todos os produtores de café se ressentem da escalada inflacionária que permanentemente vem golpeando a estrutura dos custos de produção em detrimento aos preços fixados pelo Governo Federal. Enquanto o preço dos fertilizantes, defensivos agrícolas, pneus, combustíveis crescem em espiral descontrolada, o preço de entrega da produção continua estagnada.

Neste sentido, se faz necessário congregar as classes produtoras e as lideranças sociais e políticas, no sentido de defender esta cultura econômica que simboliza a própria existência de nossa sociedade. Não se pode deixar a cultura do café perecer como definhou e morreu a cultura de erva-mate no passado. A inércia da burocracia tecnocrata do Governo Federal não pode, com sua indiferença desbaratar o esforço de gerações inteiras que construíram este País.

Assim sendo, através da reunião das classes cafejeiras procurar-se-á encontrar as soluções impeditivas do estiolamento do setor cafeeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno da Casa, a convocação de uma sessão extraordinária para a próxima sexta-feira, dia 23 do corrente mês, às 10:00 horas, para a apreciação do Projeto de Lei nº 268/87, e demais matérias.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Bassani (sogro do Deputado Acir Mezzadri), ocorrido em Campo Largo-Pr.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) VERA AGIBERT.

JUSTIFICATIVA:

A família Bassani, sob a coordenação do inesquecível Antonio Bassani, construiu sob a égide do trabalho, uma edificante obra que está registrada na história econômica e social de Campo Largo.

A separação que o destino desumano e cruel reservou, tomou-nos de sobressalto e com profunda tristeza, restando-nos o lamento e nossas orações para o consolo da sua família e amigos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, respeitosamente REQUER que se registre, nos Anais deste Poder, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Alceu Tengue Ribas e que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No último dia 15 fomos surpreendidos

pelo inesperado falecimento do Senhor Alceu Tengue Ribas, com 58 anos de idade, casado com a Senhora Helenice Umpierre Ribas, deixando os filhos Alceu, Beatriz, Alba e Terezinha, ocorrido na cidade de Pato Branco - PR.

Residente na Rua Pinheiro Machado, 266, naquele Município sudoestino, pioneiro, foi um dos primeiros empresários e industriais, levando incontestavelmente o desenvolvimento àquela região.

O Senhor Alceu trouxe ao município de Pato Branco inúmeras contribuições e, portanto, a comunidade paranaense em especial a comunidade pato-branquense, abalada com o triste desaparecimento, devem reconhecer de público esses fatos e, este Poder deve se associar às últimas homenagens prestadas, nesta hora de luto e de dor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Votos de profundo pesar pelo falecimento do jovem Márcio Miranda, filho do Médico Veterinário Athayde Rodrigues Miranda, Técnico Extensionista do Escritório Central da ACARPA/Emater-PR.

O jovem Márcio Miranda faleceu na presente data, nesta Capital, aos 21 anos de idade, vítima de câncer.

REQUER, também, que do presente se dê ciência ao progenitor Doutor Athayde Rodrigues de Miranda, à Rua Professor Rubens Gomes de Souza, n. 235 - Tarumã - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de voto de profundo pesar, pelo passamento do Senhor Raully Bianchi, ocorrido em Ponta Grossa.

O extinto era casado com a Senhora Celine Bianchi e deixa os seguintes filhos: Sérgio Luiz e Raul, e netas: Florence, casada com Haroldo Guarneri, Françoise e Louise solteiras.

O infausto acontecimento veio abalar de forma profunda a sociedade pontagrossense, em cujo meio desenvolvia suas atividades profissionais e onde gozava do mais alto conceito e admiração por parte dos que com ele tiveram a honra e a satisfação de conviver.

Desta decisão, REQUER, ainda seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Sete de Setembro, 586 - Pon-

ta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, respeitosamente REQUER que se registre, nos Anais deste Poder, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Florisbela Ramos dos Reis Leal, e que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Aos 70 anos de idade, no último dia 16 de outubro, faleceu a Senhora Florisbela Ramos dos Reis Leal, em Pato Branco-Pr., viúva do Senhor Anibal Ribeiro Leal, deixando os filhos Carlito, José, Sílvio, Zilda, Hilda, Nelson e Nelci.

Nascida em Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande do Sul, residia há mais de 50 no Sudoeste do Paraná, sendo destes 20 anos em Pato Branco, à Rua Zacarias Kon-slinski, 34.

Ligada a Igreja Católica, pertencendo a vários movimentos leigos, destacou-se na sociedade pato-branquense pelo seu alto espírito humanitário e dedicado à luta em prol dos necessitados.

Trabalhou durante muitos anos na área assistencial contribuindo para minorar o sofrimento dos infortunados.

Portanto, a comunidade paranaense deve reconhecer de público o brilhante trabalho da Senhora Florisbela, e é mister que este Poder se associe às últimas homenagens prestadas, nesta hora de luto e de dor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, REQUER, à Egrégia Assembléia, associemo-nos ao júbilo dos que amam ao Paraná, pela recente assunção do médico Dr. Antônio Celso Nunes Nassif ao elevado posto de presidente da Associação Médica Brasileira, com posse a ser realizada nesta Cidade de Curitiba, no próximo dia 30 de outubro, na sede da Associação médica local, à rua Cândido Xavier, 575, na Água Verde. Outrossim, também REQUER seja inserido na Ata da presente sessão, anexo ao voto de apreço ao Dr. Nassif, voto de apreço e congratulações à toda a classe médica do Estado pelo transcurso recente, a 18 de outubro, do dia de São Lucas, médico de homens e de almas, evangelista insigne, grego de nascimento, romano de cidadania, que - a partir da profissão aprendida em Antioquia, iluminado pela fé cristã, percorreu o Império Romano espa-

lhando sua ciência e seu consolo, tendo, segundo a tradição, usado ainda a habilidade de suas mãos para pintar os primeiros ícones da Virgem Maria, com a qual, ainda segundo antiga memória da Igreja, conviveu em filial devoção nos últimos anos de vida.

Esta memória, nas Atas da Assembléia, quer significar, (no momento em que se vota na Assembléia Nacional Constituinte, texto de lei, onde está grafado "...cabe ao Poder Público a regulamentação, a execução (sic), e o controle das ações e serviços de saúde...") apreço dos que somos Deputados pelos profissionais da saúde, e por sua liberdade.

Não ignoramos que a solução para os problemas deste Brasil doente também fluirá de uma política de saúde que não deixe morrer à míngua os hospitais, as casas de solidariedade, que não castigue os profissionais da saúde com garrotes que venham a impedir o livre exercício da profissão, para o bem do povo, sem perder de vista sua reconhecida, e imemorial, função social.

Mencione-se também, nas atas da Assembléia, o mérito da nova diretoria da Associação Médica do Paraná, recentemente empossada, tendo à frente o Dr. José Elias Alex Neto, bem como o nível de excelência do jornal daquela entidade, sob a responsabilidade do Dr. João Carlos Simões, diretor de Comunicação Social.

Faça-se ainda memória das homenagens recentes que a comunidade de saúde do Paraná prestou a duas pessoas símbolo do exercício correto da Medicina entre nós, os veneráveis profissionais Dra. Fani Frischmanns Aisengart e Dr. Oscar Aisengart, casal estimado em Curitiba e no PR, há 42 anos dedicados ao progresso da ciência e ao avanço da saúde, exemplo de dedicação para os jovens médicos e médicas do país.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, ouvido o Egrégio Plenário, REQUER, para documentação nos Anais desta Assembléia, em serviço à história das comunicações no Paraná, a inserção nas Atas da presente sessão de voto de congratulações e apreço à Rede Manchete de Televisão, pela estréia, no dia de hoje, do noticiário local naquela cadeia de emissoras, aqui representada pela jovem TV Independência.

Faça-se menção à equipe de jornalistas que conduzirá o noticiário de telejornalismo da MANCHETE paranaense, chefiada pelo competente profissional Dirceu Martins

Pio. Faça-se saber aos Diretores da TV Independência, que a "verdadeira liberdade de imprensa se assenta no conceito de garantir espaço também aos que pensam diferente." Assim, as concessões estatais de telecomunicações não se restringirão ao papel - condenado pela história das nações civilizadas - de mero braço forte, prolongamento do discurso do Poder, mas ganharão, como ganhou a Rede Manchete a nível nacional, no Brasil que se redemocratiza em extensa transição - o papel generoso e libertário de arautos da mudança e da transformação em busca da justiça social, e das liberdades democráticas também na informação.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de louvor deste Legislativo à nova Diretoria e Conselhos da Casa do Estudante Luterano Universitário, que tomará posse no dia 23 do corrente mês, às 20:30.

A presente homenagem visa destacar a importância desta Casa para os estudantes paranaenses que frequentam, com muitas dificuldades, as Universidades de nossa Capital. E, ao mesmo tempo, quer chamar a atenção do poder público para que assuma uma maior parcela de responsabilidade com as Casas de Estudantes do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Senhor Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

Inclusão do Município de Maria Helena no programa de módulos sanitários desenvolvido pela Secretaria da Saúde.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores

condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Senhor Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND NO PROGRAMA DE MÓDULOS SANITÁRIOS DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA DA SAÚDE.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Senhor Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE NO PROGRAMA DE MÓDULOS SANITÁRIOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DA SAÚDE.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

co.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Senhor Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE CIDA-DE GAÚCHA NO PROGRAMA DE MÓDULOS SANITÁRIOS DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA DA SAÚDE.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, solicitando os levantamentos necessários para que Marialva passe de Comarca Inicial para Entrância Intermediária.

O município de Marialva tem 35 anos de emancipação política, sendo que destes, 33 de Comarca Inicial. Seu crescimento foi vertiginoso. A Comarca abrange os Distritos de São Miguel do Cambuí, Santa Fé do Pirapó, Aquidabã e São Luiz, além de estar acolhendo os serviços dos municípios de Itambé e Sarandi.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Senhor Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA NO PROGRAMA DE MÓDULOS SANITÁRIOS DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA DA SAÚDE.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Senhor Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE NO PROGRAMA DE MÓDULOS SANITÁRIOS DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA DA SAÚDE.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Senhor Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE JESUITAS NO PROGRAMA DE MÓDULOS SANITÁRIOS DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA DA SAÚDE.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Senhor Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA NO PROGRAMA DE MÓDULOS SANITÁRIOS DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA DA SAÚDE.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Fernando Xavier Ferreira, Digníssimo Presidente da Telepar, para estudo de viabilidade de instalação de P.S. na localidade de Barro Preto, município de Pitanga-PR.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) VERA AGIBERT.

JUSTIFICATIVA:

Barro Preto é uma importante localidade do município de Pitanga-PR, distante 8 quilômetros da sede, com significativo contingente populacional, e solicita, através de suas lideranças, a implantação de um P.S. (Posto de Serviço Telefônico), comprometendo-se, inclusive, na sequência, com a doação de área de terreno necessária para viabilizar o projeto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Senhor Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE XAMBRE NO PROGRAMA DE MÓDULOS SANITÁRIOS DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA DA SAÚDE.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que a este subscreve, REQUER da Egrégia Assembleia seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Esportes, Dr. Edson Gradia, solicitando apoio oficial à viagem de representação do Brasil que a

atleta Giordana de Souza deve empreender aos Estados Unidos, para participação no Campeonato Sul Americano de Karatê, a se realizar em janeiro de 1988, salvo engano, na cidade de Detroit.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

A jovem atleta faixa marrom, pelos escores obtidos em sucessivas competições, a partir de torneio nacional realizado em Santos, foi qualificada para representar o País no Pan-Americano. O apoio oficial justificará a existência de uma Secretaria de Estado de Esportes, na razão direta de que a participação nas competições mundiais anima os jovens ao treinamento e à maciça adesão à atividade esportiva. O Estado não pode ser avarento com o futuro. Daí a proposição feita com antecedência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Senhor Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

INCLUSÃO DO MUNICÍPIO DE PÉROLA NO PROGRAMA DE MÓDULOS SANITÁRIOS DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA DA SAÚDE.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Este programa reveste-se de grande importância aos municípios do Paraná, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento básico.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, e tem como desiderato propiciar melhores condições sanitárias, enquanto outras medidas mais efetivas sejam adotadas pela administração pública.

Por esses motivos, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER o encaminhamento, ao Senhor Secretário da Educação, do seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1. Onde encontram-se, na Secretaria, os Processos n. 27.504/85, 40.923/85 e 51.800/85?
2. Em que fase de tramitação encon-

tram-se os mesmos processos?

3. Encaminhar cópia dos referidos processos.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, mui digníssimo Governador do Estado do Paraná, a Excelentíssima Senhora Maria Dativa Gonçalves, digníssima Presidenta do Conselho Estadual de Educação, ao Excelentíssimo Senhor Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, digníssimo Secretário de Estado da Educação, ao Ilustríssimo Senhor Izaias Ogliari, Ilustríssimo Coordenador da Coordenadoria de Defesa do Consumidor-CODEC e ao Ilustríssimo Senhor Adilson Amaro Alves, ilustríssimo Delegado Regional da SUNAB, no sentido de que sejam providenciadas medidas eficazes e fiscalizadoras contra os abusivos procedimentos de algumas Instituições Educacionais da iniciativa privada na cobrança da matrícula antecipada dos seus alunos, para o ano letivo de 1988.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

SINPROPAR

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ

Of. Circ. n. 017/87. P/SIMPROPAR.

Curitiba, 21 de outubro de 1987.

Senhor Deputado:

Na qualidade de membro representante do Sindicato dos Professores no Estado do Paraná, na Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação, temos feito uso de nossa representação em defesa dos interesses da comunidade. Assim sendo, sentimos no dever de denunciar a ação abusiva de coação, que grande parte das escolas vêm impondo aos pais - a matrícula antecipada de seus filhos - para a qual, o chefe de família, além do pagamento da semestralidade vê-se obrigado a despendar mais uma quantia significativa, que muitas vezes não dispõe, sob a ameaça de só assim poder assegurar, para o ano seguinte, os estudos de seu filho.

A grita dos pais tem sido uma constante junto a esta entidade e aos órgãos oficiais.

Como se vê na circular anexa, "O Colégio Bom Jesus assim como os demais colégios de Curitiba, estão realizando período de 15 de outubro... do corrente ano, a MATRÍCULA... para 1988".

Há uma ação organizada no sentido de assegurar uma cada vez mais alta lucrati-

vidade das escolas, em detrimento de todas as ações pedagógicas, não importando a capacidade ou não da comunidade poder absorver estes custos, pois sabem eles que o número de vagas ofertadas é maior do que a procura.

Como forma de coibir tais abusos, propusemos ao Presidente da Comissão de Encargos Educacionais seja encaminhada, à plenária do Conselho Estadual de Educação, deliberação normatizadora da cobrança de matrículas (parte da semestralidade) somente dentro do período do respectivo semestre.

Neste sentido, solicitamos a Vossa Excelência pronunciamento em defesa dos interesses da comunidade contra estas ações extorsivas dos estabelecimentos de ensino, bem como, telegrama à presidenta do Conselho Estadual de Educação, ao Senhor Secretário de Educação e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, a fim de que aos pais seja assegurado o direito Constitucional de dar educação a seus filhos; de evitar que tenham de passar pelo vexame da coação, sem terem a quem apelar.

Uma vez configuradas como única saída as escolas públicas, sabemos que o sistema da rede oficial de ensino não absorveria a quarta parte dos alunos que, hoje, estudam nas escolas particulares.

Urge, pois, pensarmos também em ampliar e melhorar a qualificação do ensino público. Só assim tornaremos verdadeira a opção da escola particular, o que hoje é imposição do sistema, configurado pelo acima exposto.

Certo de que Vossa Excelência não faltará com seu dever na defesa dos interesses daqueles que confiam em seus legisladores, antecipamos nossos agradecimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado à Secretaria de Estado dos Transportes solicitação para a construção de uma ponte que liga o Município de Capitão Leônidas Marques ao Município de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações ao médico Nuno Balalai, bem como ao Instituto do Câncer de Londrina, pelas medidas de segurança tomadas durante a troca de pastilha de cobalto 60 e a remessa do lixo atômico (pastilha

desativada) para a Inglaterra com isto dando exemplo ao Brasil pelo alto espírito de responsabilidade em um momento tão grave pelo acidente acontecido em Goiânia.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviada expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a conclusão da obra "Estrada Boiadeira", no município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A contrução da Estrada Boiadeira, com pavimentação asfáltica, é uma antiga reivindicação daquela região, para permitir o escoamento da produção agrícola e o transporte de passageiros. Entretanto, a falta de recursos financeiros tem impedido a conclusão da referida obra, que é da maior importância para aquela região. O próprio presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, Senhor Luiz Carlos Cavalheri, tem manifestado preocupação neste sentido, uma vez que a conclusão da referida estrada significará maior progresso para Campo Mourão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Fernandes Dias, solicitando viabilização de recursos para conclusão da construção da obra "Estrada Boiadeira", no município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O início da construção da "Estrada Boiadeira" trouxe muita alegria aos moradores de Campo Mourão porque representava a possibilidade de saneamento das dificuldades de transportes na referida estrada, notadamente em épocas de chuva. Entretanto, a conclusão da obra encontra-se ameaçada diante da falta de recursos financeiros. Por esse motivo, é formulado o presente, cuja preocupação também foi manifestada pelo presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, Luiz Carlos Cavalheri.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviada cópia deste requerimento ao Senhor José Medeiros de Mello, MD. Diretor-Presidente da "Empresa Princesa do Norte S/A, sediada no Município de Santo Antônio da Platina - Paraná, congratulando-o pela premiação outorgada pela Secretaria de Estado dos Transportes, como Empresa do Ano, em razão da qualidade dos seus serviços prestados aos seus usuários.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Princesa do Norte S/A tem sua sede na cidade de Santo Antônio da Platina-Paraná, com a exploração do transporte coletivo, município berço de sua criação e desenvolvimento.

Iniciou suas atividades na década de 50, quando, então, a região era desprovida dos revestimentos asfálticos que cobre, hoje, todo o Paraná. foi, em verdade, uma etapa difícil que, aos poucos, foi superando, graças à dedicação, empenho e luta dos responsáveis.

Hoje, agasalhando em seu quadro funcional, mais de 5 centenas de funcionários, atende não só o Paraná e São Paulo com suas linhas interligadas, mas todo o Brasil no campo turístico. Mercê a regularidade dos seus horários, pela conservação dos seus veículos e, sobretudo, pela solicitude dos seus funcionários no atendimento aos usuários, justo e merecido a premiação pela Secretaria de Estado dos Transportes, outorgando-lhe o título de "Empresa do Ano".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviado cópia deste requerimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, em razão do recebimento da medalha do "Mérito Ferroviário", conferido pela Rede Ferroviária Federal, pelo seu empenho e trabalho desenvolvidos para a viabilização da construção da Ferrovia da Produção em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, o Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, foi agraciado com a medalha do "Mérito Ferroviário", conferido pela Rede Ferroviária Federal, face às gestões, o empenho e trabalho desenvolvidos junto às empresas estrangeiras e governo federal para a viabilização da construção da Ferrovia da Produção em nosso Estado.

Trata-se, evidentemente, de antiga aspiração de toda família paranaense, sobretudo dos segmentos empresariais e produtivos do Estado, que vêem, com a construção da almejada Ferrovia da Produção, a agilização no escoamento de nossas produções aos mercados consumidores e exportadores. E o Governador, adotando uma filosofia de trabalho voltado ao desenvolvimento do Estado, empenhou-se com toda sua equipe na conquista desse desiderato. Foi um trabalho gigantesco, envolvendo todos os órgãos da administração pública para a conquista final desse grande empreendimento. Por essa razão, congratulo-me com Sua Excelência, que deu, mais uma vez, o testemunho inegável de sua constante preocupação com a realização de suas propostas de governo durante memoráveis campanhas políticas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Senhor Wilson Rodrigues Moreira, Prefeito Municipal de Londrina, correspondência repudiando a retirada e destruição de um ninho de bem-te-vi de um máforo de uma das ruas de Londrina.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O Jornal Folha de Londrina, em sua edição de hoje, publicou na sua página 5, uma matéria com o título "A imbecilidade Oficial", que está anexada ao presente.

Recentemente, o fotógrafo Josué de Carvalho, num momento feliz, registrou semáforo, ninho e bem-te-vi, numa composição que registra a odisséia da sobrevivência, e, com texto de Walmor Macarini, a publicou.

Foi o suficiente para que uma equipe se dirigisse ao local e destruísse o ninho, segundo o texto da reportagem, que por ser claro, verdadeiro, pois foi elaborado com base nas fotos/documentos, dispensa maior exposição de motivos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, considerando que pertencem ao povo do Paraná, representado no Estado do Paraná - 83% das ações da COPEL, sendo 12% do povo brasileiro - ações da ELETROBRÁS - e outros 5% de outros investidores; considerando ainda que 99,5% das ações da SANEPAR são do mesmo povo do Estado, institucionalizada a posse pelos investimentos do Governo Estadual, submete à Egrégia Assembleia a idéia de se enviar sugestão às companhias de prestação de serviços públicos essenciais à boa qualidade de vi-

da dos cidadãos que façam anunciar amplamente, com um mês de antecedência, e com correspondência, preferencialmente aos grandes consumidores, as altas de taxas de energia elétrica e fornecimento de água.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Um exemplo prático: - o síndico do Edifício APLUB, em Curitiba, com 75 apartamentos, procurou este Deputado para denunciar sua aflição neste mês de outubro, quando as taxas de água subiram de Cz\$ 25 mil cruzados para Cz\$ 56 mil cruzados sendo mantido o consumo médio, que, em dezembro de 1986, custava Cz\$ 8 mil cruzados. Esta alta de 700% em mais ou menos 11 meses, e de mais de 100% em um mês, alarmou aos condôminos e obrigou a administração do condomínio a uma convocação de emergência. Como o governo também existe, além da propaganda do partido que o domina, para se preocupar com as aflições da população, e tentar diminuir os problemas do Brasil, aumentando as soluções, sugerimos a comunicação prévia, se não a todos, pelo menos aos grandes consumidores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja coibido o uso de cigarros dentro das dependências do plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 285/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a cancelar as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade incidentes no imóvel matriculado sob o n. 9919 do 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava.

§ Único - São mantidas as demais condições da Lei n. 7.656 de 14 de setembro de 1982.

Art. 2º - No imóvel a que se refere esta Lei somente poderá ser erigida construção definitiva com finalidade de abrigar complexo agro-industrial avícola integrado.

Art. 3º - Esta Lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Através da Lei n. 7.656/82, o Estado do Paraná doou ao Sindicato Rural de Gua-

rapuava o imóvel constante da matrícula referida no texto deste Projeto de Lei, para que ali fosse edificada a sede social da referida entidade, ficando o imóvel gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, além das demais condições previstas na legislação retro apontada.

Atualmente, aquele sindicato está intencionado em construir prédio destinado a abrigar um complexo agro-industrial avícola integrado no mesmo terreno que abriga sua sede, necessitando, para tanto, obter financiamento junto a entidades financeiras oficiais e, de consequência, assumir obrigação onerosa para com o terreno.

Ocorre que a Lei que transferiu o domínio do imóvel, previu a impossibilidade da incidência de ônus.

Somente com a aprovação deste projeto é que o organismo sindical terá oportunidade de desenvolver a atividade mencionada e que trará notável progresso à comunidade.

Para melhor explicitar a grandiosidade da iniciativa, em anexo oferece documentação que, após detidamente examinada pelos nobres pares, conduzirá a certeza da real finalidade da medida autorizando a aprovação. É a justificativa.

PROJETO DE LEI N. 286/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Nacional de Pesquisas Subaquáticas, com sede e foro no município de Curitiba - Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Centro Nacional de Pesquisas Subaquáticas é uma sociedade civil, independente, filantrópica, sem fins lucrativos, de duração ilimitada e tem por objetivo promover pesquisas de cunho científico no campo subaquático, promover a educação e a cultura aos aficionados das atividades aquáticas não predatórias e de movimentos ecológicos, colaborar com os órgãos estatais e demais órgãos interligados à segurança e bem estar da coletividade, auxiliar nos casos de emergência, calamidade pública, catástrofes, buscando salvar e prestar primeiros socorros às vítimas, além de manter intercâmbio com entidades preservacionistas e ligadas a movimentos ecológicos de defesa ambiental.

Assim sendo, justo que mereça o reconhecimento público estadual. E o que estamos propondo aos nobres Parlamentares com

assento nesta Casa de Leis.

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Antônio Annibelli).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Não há mais expediente a ser lido. Assim, está encerrado o Horário do Expediente e passamos ao Pequeno Expediente, no qual concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"O Governo do Estado acena com a imposição, nos próximos dias, de 8,5% do ICM sobre o leite.

Preliminarmente, confesso-me contrário. Radicalmente contrário. Veemente contrário.

Sob o prisma do produtor, que hoje sustenta uma defasagem de 20% sobre os custos de produção, a incidência do ICM representará, no mínimo, uma ameaça de ver preterido o aumento que há muito tem reivindicado: dos Cz\$ 10,40/litro para Cz\$12,20, o imediatamente necessário; de Cz\$ 10,40/litro para Cz\$ 14,00, o ideal.

Para o consumidor, entretanto, que hoje dispensa aproximadamente 20% do piso nacional de salários, exatos Cz\$ 456,00 para adquirir apenas 1 litro por dia, a penalidade dos 8,5%, será uma verdadeira calamidade.

Não é demais lembrar que o finado salário-mínimo, travestido de uma nova nomenclatura, mais sofisticada, é verdade, não alterou em nada, o quadro da população economicamente ativa. As mais recentes estatísticas publicadas pelo IPARDES asseveram que, no Paraná, 42% dos trabalhadores não auferem rendas superiores a esse mal-sinado indicativo da miséria, e aqui, da subnutrição.

O leite, de qualidades proteicas indiscutíveis, é a base da alimentação de centenas e de milhares de paranaenses.

A concorrência de interesses que se instalará a partir da medida tributária, não é demais prognosticar, significará tomar de um considerável contingente de trabalhadores que a conjuntura econômica tem relegado à subnutrição crônica, a última esperança de poder consumir um alimento imprescindível às condições de manutenção da saúde e do desenvolvimento orgânico.

O momento, por todas as luzes e invocações que se fizer, dirão que é inoportuna essa medida.

Acreditamos que a sensibilidade pessoal e o discernimento político do Governador Álvaro Dias, ao menos temporariamente, saberão recomendar que se afaste esse espectro".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos há um bom tempo empenhados em uma luta e esclarecimento à opinião pública sobre os males que o cigarro faz. Há um bom tempo estamos procurando levar ao conhecimento da população os malefícios do tabagismo. E na semana passada quando estivemos na cidade de Florianópolis, participando juntamente com o Secretário da Agricultura do Paraná, Dr. Osmar Dias, e com os Secretários da Agricultura de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, no Hotel Costelmar de Florianópolis, tinha lá um encontro de diretores da Souza Cruz. Naquela oportunidade, fizemos um protesto contra aquele encontro que tratava exatamente de aumentar as vendas e de jogar a publicidade, massificando as nossas crianças, os jovens e os desavisados de que o cigarro é sucesso.

Hoje eu recebo em meu gabinete um convite da Souza Cruz: "A Souza Cruz tem o prazer de convidar você para o lançamento do seu mais novo sucesso, dia 23 às 18:00 horas no Centro de Convenções do Mabu Hotel. Praça Santos Andrade, 830 - Curitiba. Na ocasião será oferecido um coquetel e logo após haverá apresentação de um show. Contamos com a sua presença!"

Quero dizer à Souza Cruz que não fumo, não bebo e não participo de shows desta natureza. Só falta a Souza Cruz oferecer aqui o carro funerário para tão funesto lançamento: cigarro, bebida e show. Quero dizer à Souza Cruz que não sou o "fino que satisfaz", não moro na terra de Malboro e não vou ao prazer com Hollywood"! Prefiro a vida, a saúde, o respeito ao ar, ao meio ambiente e o respeito à vida, às crianças, às milhares de crianças que são obrigadas a fumar ainda nos berçários quando nascem. Às milhares de crianças que são obrigadas a fumar em casa porque muitas vezes os pais não respeitam a saúde dos próprios filhos e às milhares de crianças com bronquite, com tuberculose, fruto do "fino que satisfaz, do prazer em Hollywood, fruto da terra de Malboro". É preciso que nós, Deputados, eleitos para combater os vícios e os malefícios que se cometem contra o povo, nos unamos nessa causa para esclarecer à opinião pública que 2 milhões e 500 mil pessoas morrem por ano no mundo, mais do que duas vezes a população de Curitiba, por fumar. E a maioria das pessoas que cometem tal desatino não sabem como se consegue eliminar e cometer o suicídio lento acendendo um cigarro atrás do outro. Quando se acende um cigarro, se apaga a vida.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Irei devolver o convite à Souza Cruz com um veemente protesto, porque entendo que devemos todos participar de uma campanha de combate ao tabagismo. E se todos nos unirmos como nos países desenvolvidos, nos Estados Unidos, nós conseguiremos dentro de 25 anos erradicar esse grande mal que, por força de falta de informação, foi implantado no País e nos países subdesenvolvidos.

Deste fruto das multinacionais que está matando de câncer, tuberculose, trombose, enfarte e de derrame no mundo todo deve ser falado e o assunto esclarecido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós damos boas vindas ao Deputado Antônio Bárbara, vítima da violência que impera neste Estado, da violência que impera neste País e que precisa ser combatida mais eficazmente pelos órgãos de representação. Graças a Deus o temos entre nós, porque na conversa que tivemos com o Deputado, falava ele do pavor que teve ao enfrentar os bandidos que o assaltaram e seqüestraram anteontem, na cidade de Maringá.

Realmente, na área da segurança estamos muito carentes. Precisamos fazer uma série de cobranças e o faremos em pronunciamentos oportunos. Mas venho à tribuna hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para falar do boi gordo. O boi gordo que o brasileiro não comeu, mas que vai pagar. O boi gordo dos tempos do Ministro Funaro, que continua fazendo com que hoje o Governo se depare com um problema muito sério. O boi gordo que já foi motivo de piadas e serviu aos desmandos demagógicos do Ministro da Fazenda, na época em que o povo era enganado com o famigerado Plano Cruzado. O boi gordo, desta maneira, virou uma espécie de símbolo da força que o governo pretendia ter em mãos e que, na realidade, nunca teve.

Nunca é demais recordar que no tempo do Plano Cruzado o Governo quis dar uma de valente, mostrando ao povo uma força que, na realidade, ele nunca teve. E, naquela época, o Governo tentou intimidar os fazendeiros ameaçando desapropriar os bois no pasto. O Governo tentou uma única vez, porém os fazendeiros resistiram e o Governo então se intimidou. E esta bravata do ex-Ministro Funaro, esta valentia demagógica de desapropriar o boi no pasto, está saindo muito caro para os cofres públicos, ou mais propriamente para o bolso de todos

nós, que somos brasileiros. Isto porque, Senhores Deputados, um dos fazendeiros que teve seus bois desapropriados pelos fiscais do José Sarney, entrou na Justiça e ganhou uma questão. Agora a SUNAB vai ter que pagar ao fazendeiro a bagatela de Cz\$ 15 milhões de cruzados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) V.Exa. tem mais 60 segundos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Sr. Presidente.

Cz\$ 15 milhões de cruzados terá que pagar o Governo Federal e, conseqüentemente, nós, brasileiros, a este fazendeiro. O povo vai ter que pagá-los por uma carne que não comeu, que não viu e que ninguém sabe para onde foi! E tudo porque os capangas de bois do ex-Ministro Funaro pegaram porque estavam abaixo do peso e, portanto, não poderiam ser comercializados. Os incompetentes pegaram bois magros, pequenos, em lugar de boi gordo.

Isto mostra as conseqüências de mais uma improvisação que é feita neste País no desgoverno atual. Por isto, fica aqui o nosso repúdio ao ex-Ministro Dilson Funaro, à política de desmandos deste Governo que aí está e que agora vai sangrar os bolsos dos brasileiros que terão de pagar, através de seus impostos, de seus sacrifícios, a soma de Cz\$ 15 milhões de cruzados a um fazendeiro só. Certamente os outros, agora alertados por este ganho de causa deste fazendeiro, irão também à justiça recuperar o prejuízo que tiveram, com a valentia do Senhor ex-Ministro Dilson Funaro.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, que tem trinta minutos para proferir a sua oração.

(Reassume a presidência o Sr. Deputado Aníbal Khury)

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos convivendo com o momento do descrédito, um momento em que ao se referir ao político, ao Congresso, à Assembleia Nacional Constituinte, a sociedade, e nós sentimos isso, arrepiase e manifesta até a expressão de nojo. Há uma disseminação de descrédito na instituição política, e conseqüentemente, nas próprias instituições. A crise econômica, o arrocho salarial, a discussão da dívida externa, o futuro desse País, é colocado em segundo lugar. O que interessa é desacreditar. O importante é embutir na mente da sociedade brasileira que nada acontece na Constituinte, que lá estão 559 homens, Deputados

Constituintes, para nada resolver.

Toma-se, embute-se, faz-se um trabalho de descrédito da Constituinte. A Constituinte não é como um quilo de banana que se encontra em qualquer boteco de esquina. Constituinte não é a mercadoria que se vende ou que se joga ao prego do mercado, do crédito ou do descrédito que ela, por si só, não quer representar e não deve.

Constituinte, Senhores Deputados e Senhor Presidente, não é um procedimento ordinário dos Parlamentos. Constituinte seria o instrumento de manipulação de interesses de maioria ou de minorias? Também não. Constituinte não é o caminhar fácil de meios, digo, de leis casuístas, não é o legislar ordinariamente, mas também não é transformá-la ordinariamente num colégio desacreditado.

A Revolução Francesa, de 1789, marco da História moderna, nos dá uma lição da credibilidade que se deve dar à uma Constituinte. Ali, em 1791, tivemos uma Constituinte que surgiu da luta e da ruptura do feudalismo, quando a nova classe, a burguesia, se avolumava e se apresentava como a substituta deste feudalismo execrado.

E o que pretendia a Revolução Francesa? Pretendia a supremacia das leis, a igualdade de todos, perante a lei, o direito de representação, a inviolabilidade do lar, a liberdade de expressão, o direito de reunião, o direito de propriedade, a separação dos poderes, a soberania do povo.

Estou falando apenas nos direitos universais do cidadão, nos direitos e garantias individuais. Não é o meu propósito fazer análise acadêmica ou mais aprofundada desta Revolução, mas mostrar que esta Constituinte dos tempos revolucionários, do século XIX, tem o sentido da ruptura, do avanço, do novo, do digno, da soberania do homem, o homem como supremo cidadão, antes do Estado e do Governo; este princípio nascido do sangue, da luta e da ruptura, inspirado no novo, na igualdade, na liberdade e na fraternidade, deve ser, Srs. Deputados, Sr. Presidente, a luz que nos deve iluminar!

Já lá se vão quase 200 anos, faltam 2, nem isto, e parece que aqui, neste desgraçado País, não se aprendeu esta lição, sanguinária, sim, mas com seu alto sentido libertário, de ruptura e de novo.

É preciso voltar um pouco à História, se não do nosso País, deste País berço da Democracia, para solicitarmos, a todos nós, uma reflexão melhor e maior da importância de uma Constituinte para um País. É bem certo que ela é congressual, com todos os seus defeitos e com seu grande e maior erro, por ser congressual. E aqui eu me penitencio por pertencer a um Partido, que

naquele momento, na busca da transição, não teve a coragem, talvez seja uma expressão forte para usar em relação ao meu Partido, não teve coragem de ousar e voltar à sua primeira proposta, feita em 1971, no Recife, e naquele momento decisivo dizer à Nação brasileira: - "Vamos fazer uma constituinte, livre, soberana e não congressual". Isso pertence à História e ela deverá analisar e talvez cobrar esta questão.

Mas, o que eu quero mostrar, nestes poucos 30 minutos, quando eu li aqui alguns direitos, que hoje têm um sentido universal, a supremacia da lei, estamos em 1789. Até há poucos anos, neste País a supremacia da lei não existia. Existia a supremacia do arbítrio, da ditadura, da vontade única do governante que se esquecia de que era circunstancial e se transformava no general permanente.

Falei da igualdade de todos perante a lei. Igualdade, que nesses tempos de Brasil tão recentes, foi apenas uma letra morta. Quanta desigualdade a despeito desse princípio que se deve honrar e que deve ser o apanágio de qualquer cidadão digno desta condição.

O direito de representação. E onde estava a representação do analfabeto, das minorias, dos negros, dos índios, dos marginalizados, dos esquecidos? Repito, estamos em 1789, mas estamos também nos anos de nosso século XX, no Brasil. E estou mostrando como nós evoluímos pouco nestes 200 anos.

A inviolabilidade do lar. Quantas invasões, quantas violações dos nossos domicílios brasileiros. Quantas botinadas nas portas, nas janelas, na consciência do cidadão que se protegia no seu canto, ao lado do coração de sua mulher, abençoado pelos seus filhos e amaldiçoado pelo regime da ditadura.

A liberdade de expressão. Quanta censura, quanta falta de crítica na imprensa naqueles anos; quanto silêncio criminoso; quanta tinta, tinta que reproduzia talvez a indignidade e a inteligência desta Nação, e que era riscada com o X de uma caneta autoritária que determinava o que se poderia ler neste País.

O direito de reunião. Onde estavam os sindicatos, senão com a intervenção decretada? Onde estava a UNE representando os estudantes, senão incendiada e fechada? Onde estava a nossa UPE, União Paranaense dos Estudantes, senão clandestina? Onde estavam todos estes? Perseguidos, fechados na sua instituição, mas abertos e corajosos na resistência. O direito de propriedade consagrado nas nossas Constituições, violentado e expurgado no dia a dia, a ponto de hoje somarmos multidões de sem-terras, sem caminhos, sem esperanças sem

nada.

Direito de propriedade que se conspurcou e se transformou no direito de poucos, violando o direito das multidões.

A separação dos poderes, quando na verdade nós encontrávamos aqui o poder único dos Tribunais especiais e de exceção e militares, a julgar civis, despreocupados com a prova, com o contraditório, preocupados apenas com a punição como forma de intimidar quem ousasse discordar.

E a soberania do povo? Repito, estamos em 1789, nos tempos de Danton, Robespierre, inspirados pelo iluminismo do século XVIII de Voltaire, de Rousseau, pela soberania do povo que os levou a fazer uma Constituinte, e que nos leva, agora, de novo a invocar este princípio da soberania do povo e que isto seja o nosso brado de alerta, que sirva para a nossa reflexão... de que há um movimento organizado à direita neste País, e que quer e tem a pretensão de que esta sociedade brasileira realmente confirme aquilo que eles pretendem, que é, o descrédito total da Constituinte, e conseqüentemente o crédito de suas propostas, crédito que nós sabemos que não valem para o momento, porque esta direita organizada sempre pretendeu manter aquilo que sempre teve.

Por isto é importante, hoje, desacreditar a Constituinte, para manter o velho e esquecer o novo. E quando eu falo da soberania, eu me lembro do ilustre Relator da Subcomissão dos Direitos de Liberdades Fundamentais, Senador do Rio Grande do Sul, José Bisol que, no seu relatório, nas suas observações do seu anteprojeto explicava que, "Constituinte significa constituir, e constituir, é fazer o novo; constituir é esquecer e revogar o velho".

E é isto que os conservadores, aqueles que não querem os avanços também não querem dar, o sentido exato da palavra Constituinte, que é constituir, inovar, avançar, representar pelo menos a média desta sociedade brasileira!

Se estou fazendo essas observações e essas comparações a partir da Revolução Francesa...

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte que vossa Excelência me concede e quero relembrar a reunião de ontem, quando o Deputado Luiz Carlos Alborghetti falava da importância, da satisfação do convívio com Vossa Excelência, que nos dá a condição de aprender sempre um pouco mais, através do contacto e de ouvir os pronunciamentos de Vossa Excelência.

Vossa Excelência retrata muito bem a situação do País, a perplexidade do povo

brasileiro e a expectativa que temos com relação à Nova Constituinte.

Por isso o nosso aparte é para parabenizar Vossa Excelência e expressar a nossa concordância com o que ontem disse o deputado, porque Vossa Excelência realmente demonstra competência, inteligência e a preocupação que tem para com o Paraná e para com o Brasil.

Nosso parabéns! Tenha a certeza, nobre Deputado, de que o seu pensamento é o nosso e o é do povo do Paraná, e do Brasil!

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu agradeço a Vossa Excelência. Na verdade, esses elogios que Vossa Excelência a mim dirige, não têm sentido - eles têm o sentido, sim, porque estou indignado com esse encaminhamento tão dessacreditado, de um projeto que tanto interessa a este País!

Eu falava de todos esses direitos, e mostrava que no nosso País isto foi, sempre, letra morta!

Tivemos 7 constituição - eu não diria que nas 7 se escreveram todos esses, direitos, mas praticamente eles estavam embutidos na própria mente do povo brasileiro, porque são direitos universais e nenhum deles, ou poucos deles, se efetivaram no decorrer destes 200 anos.

Triste e lamentável conclusão!

Estes direitos são afirmações da cidadania, mas não são direitos efetivos neste País. São ficções jurídicas para a grande maioria do povo brasileiro.

O meu propósito ao vir à tribuna neste Grande Expediente é mostrar que há interesses escusos para que o povo não descubra o novo neste projeto que todos nós estamos construindo. E hoje vou abordar o capítulo das garantias individuais. Direitos e liberdades fundamentais. Direitos individuais e coletivos. E vejam que o próprio preâmbulo da nossa nova constituição já é novo, mas ninguém diz isso, não há interesse em mostrar o novo. Há interesse em mostrar o descrédito, há interesse em mostrar a Constituinte com um bando de preguiçosos, interesseiros, individualistas, esquecendo-se do que se escreve de novo aqui.

O preâmbulo é interessante que se o leia e registre nos Anais: "Os representantes do povo brasileiro, reunidos sob a proteção de Deus, em Assembléia Nacional Constituinte, afirmam o seu propósito de construir uma Nação baseada na liberdade, na fraternidade e na igualdade". Até parece que nós agora estamos assumindo a consciência desses direitos universais que nasceram do sangue revolucionário francês, e os nossos constituintes escrevem as três palavras sagradas daquela Revolução, palavras que hoje nascem com cada cidadão neste mundo: liberdade, fraternidade e igual-

dade. "Sem distinção de raça, cor, procedência, religião, ou qualquer outra, certos de que a grandeza da Pátria está na saúde e na felicidade do povo, na sua cultura, na observância dos direitos fundamentais da pessoa humana, na proteção especial à criança e ao adolescente, na equitativa distribuição dos bens materiais e culturais. Afirmam também que esse propósito só pode ser obtido com o modo democrático de convivência e organização estatal, com repulsa a toda forma autoritária de governo, e a toda exclusão do povo, do processo político, econômico e social".

Aqui já está a diretriz para este País nos futuros anos, quiçá, nos futuros séculos.

Ninguém se preocupa em analisar pelo menos o preâmbulo que já foi aprovado pela Comissão de Sistematização, que fala em liberdade, fraternidade, igualdade, em saúde, em criança, em adolescente, em democracia, em povo. E aqui, fora da Constituinte, se recebe uma informação totalmente distorcida como se essas palavras fossem meras palavras esfumaceadas pelos recantos do Congresso Nacional, esquecidas no arquivo, nas bibliotecas, ou nos debates.

Ora, quando se aprova um preâmbulo destes está se redirecionando este País. Ou não? Nenhuma Constituição teve tantas palavras com texto tão explícito como este no seu preâmbulo.

Se me permitir o tempo, vou mostrar apenas o que há de novo nos direitos, liberdades fundamentais.

Vamos direto ao parágrafo 8º do artigo 5º, mas não sem antes observar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o título dos direitos e liberdades fundamentais é o capítulo 1º da Constituição, ao contrário de 1967 e das outras, pois estavam lá no capítulo 15º, 16º, lá no corpo da Constituição. Esse está aqui a nos ilustrar e a nos mostrar às luzes de que sem direitos, liberdades fundamentais, todo o resto se desmancha no ar.

Sei, como eu dizia, afora os direitos que já são tradicionais nas nossas Constituições, com a punição do crime, com o direito adquirido, o ato jurídico perfeito, a coisa julgada, a livre manifestação de pensamento, a liberdade de consciência, a locomoção no território nacional, nós temos no parágrafo 8º que ninguém será submetido à tortura ou tratamento desumano ou degradante. A prática da tortura é crime imprescritível, inafiançável e insuscetível de concessão de anistia e indulto, devendo a pena ser cumprida integralmente em regime fechado.

Isso foi aprovado pelos nossos Constituintes, só por isso já valeria o elogio a cada um que isto aprovou e valeria muito

mais, e aí está o corolário da minha tese, de que o descrédito prevalece sobre o crédito e a importância dessa Constituinte, pois ninguém, a partir da aprovação disso, mostrou a história recente da tortura nesse País, para ficar claro a todos nós, de que este princípio e este preceito aqui inscrito serve como um alerta recente àquilo que aconteceu em nosso País.

Aos conservadores, à direita, àqueles que deram dinheiro e contribuíram financeiramente para tortura, para Operação Bandeirante, para os "doi-codi", para o Marumbi, para aqueles projetos que degradam a consciência da humanidade, a tortura da morte, das feridas e dos corpos dilacerados, não mortos, mas aí expostos a carregar até o fim da sua vida as manchas da tortura. Será que não interessa neste momento mostrarmos isso? É revanchismo? Não é revanchismo. Porque se revanchismo fosse, não se poderia nem escrever aqui o que se fala e o que se diz sobre a tortura. Isto é novo nos projetos constitucionais brasileiros.

Reativar a memória seria um pecado, se o próprio projeto não excluísse da anistia a tortura, é porque abre as portas para discussão e para a crítica desses atos que aconteceram em nosso País, para formarmos a consciência brasileira, de que a tortura degradante, a tortura na sua estupidez nunca mais deve acontecer.

Por isso que não há interesse em mostrar isso à sociedade brasileira. Há interesse, sim, em mostrar um amontoado de constituintes preguiçosos, ausentes, des preocupados com a crise, embutidos no seu castelo de fantasia. A quem interessa isso, Senhores Deputados? A nós, que queremos ver essa democracia implantada, consagrada, forte? A nós interessa a democracia. A estes que têm compromisso com o velho, que tem compromissos com aquele estado anterior que se transforma num estado permanente, que têm compromisso em fazer da crise o seu projeto individual, porque é da crise que eles vivem e sobrevivem à crise econômica.

Assim sendo, pude abordar apenas o § 8º. Há muitos outros dispositivos dentro dos Direitos e Liberdades Fundamentais. Dentro desse meu raciocínio e dessa minha tese, voltarei aqui na tribuna para continuar a mostrar que nem tudo está perdido nesta Constituinte, mas temos que alertar a sociedade brasileira de que há um projeto para desacreditá-la e, consequentemente, manter o privilégio dessas minorias que assim pretendem manter este País no seu espírito de escuridão e de atraso.

Voltarei a tribuna, prosseguindo nesta minha caminhada e nesta minha análise.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrado o Horário do Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ainda no dia de ontem o Ministro da Fazenda e a grande imprensa nacional estavam como manchete nacional neste País de que o Brasil obteve um superávit comercial da ordem de 1 bilhão e 500 milhões de dólares. Foi, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um volume de exportações que se aproxima dos 2 bilhões e 500 milhões de dólares. E isto é importante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para que nós compreendamos definitivamente qual é o projeto e o modelo do desenvolvimento econômico em andamento neste País. As elites brasileiras instaladas no Governo Federal, cúmplices do grande capitalismo e do sistema financeiro internacional que praticam a usura, vem estampar esses números com glória para a opinião pública brasileira.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ontem o Ministro da Fazenda também diz aqui que desconhece e irá apreciar se realmente está acontecendo neste País um achatamento salarial. Esse Ministro, servidor do grande capitalismo internacional e do modelo de desenvolvimento elitista, disfarçando a verdade, porque ele a compreende, vem aqui descaradamente mentir para o povo paranaense, porque a verdade, Senhores Deputados, é que neste País caminha e está em execução um modelo de desenvolvimento econômico que não privilegia o povo brasileiro, que não privilegia o pequeno, micro e médio capital produtivo do campo e da cidade. Mas privilegia, sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um modelo de desenvolvimento que concentra a renda e a riqueza e é voltado para o mal maior que destrói a sociedade brasileira, que é o sistema financeiro internacional.

Nós no Brasil precisamos exportar a qualquer custo e a qualquer preço o maior volume de produtos para lá no mercado financeiro internacional comprarmos dólar, promovermos superávits na balança comercial, para depois, devolvermos estes superávits como pagamento dos juros da dívida externa. E o que acontece internamente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para que possamos pagar os juros e os custos financeiros da dívida externa? Nós temos que equilibrar, internamente, neste País a oferta de produtos com a demanda de produtos. Havendo maior oferta de produtos e maior demanda, certamente gerará a especulação, gerará a inflação pelo desequi-

líbrio da maior demanda do que oferta. Por isso o Ministro da Fazenda e as autoridades econômicas e Políticas deste País sabem, perfeitamente, que para manter este modelo de desenvolvimento econômico voltado para o mercado internacional, para se comprar dólar e pagar os juros da dívida externa, é necessário também se promover o achatamento salarial internamente, para que não se desequilibre a demanda da oferta, porque a oferta está sendo feita não para os brasileiros, suprirem as suas necessidades básicas, mas sim aos estrangeiros, a qualquer preço, para que compremos dólar e sustentemos com a cumplicidade das elites brasileiras este maldito modelo de desenvolvimento que só tem um ganhador - que é o capital financeiro internacional.

As elites se gabam nos meios de comunicação de terem alcançado um superávit comercial de 1 bilhão e 400 milhões de dólares e por outro lado está aí a imprensa internacional e a imprensa brasileira divulgando os dados relativos ao custo da dívida externa. Neste último mês de setembro os juros e as taxas de risco do mercado internacional subiram exatamente dois pontos, de 6,8 para 8,8% no custo financeiro da dívida externa brasileira. Somente estes dois pontos que subiram relativos às taxas de juros e de risco no mercado porque a nossa dívida é contratada no mercado flutuante dos juros e das taxas de risco - nós teremos que desembolsar, somente neste ano, mais 1 bilhão e 400 milhões de dólares em função destes dois pontos de aumento percentual no mercado financeiro internacional.

Por isso Sr. Presidente e Srs. Deputados, é necessário mais do que nunca dizer aqui desta tribuna, e muitos brasileiros estão dizendo nas ruas, e estão dizendo no Congresso Nacional: é fundamental e é responsabilidade do PMDB, principalmente, que se ainda não é poder neste País, tem a responsabilidade administrativa e política de promover uma mudança profunda a alterar o modelo de desenvolvimento brasileiro, que é o causador real de todas as distorções e, principalmente, da miséria dos trabalhadores e a miséria de amanhã do mini, pequeno e médio capital produtivo do campo e da cidade. É necessário dizer que o PMDB, ou cumpre a sua tarefa histórica de promover as mudanças estruturais neste País, promovendo e dando sustentação administrativa e política à efetivação real da moratória da dívida externa, ou continuaremos apêndices do sistema financeiro internacional, impondo ao nosso povo o achatamento salarial, conseqüentemente teremos a fome, a miséria, a mortalidade infantil aumentada.

Nem responsabilizo os partidos que não fazem parte do Governo deste País. Eu res-

ponsabilizo o meu partido, o PMDB, que teve a confiança do povo e foi autorizado por este povo, a ir através do Colégio Eleitoral ao Governo da Nova República, para implantar as reformas que todos apregoamos durante os vinte anos de resistência democrática neste País.

Como peemedebista, farei muitos apelos no sentido de que o PMDB assuma sua verdadeira responsabilidade. Mas deixo dito também que ou o PMDB cumpre seus compromissos que assumiu com o povo brasileiro, ou transformará na maior e mais trágica mentira que um povo já viu. E este não haverá de ser o meu partido, porque nós fomos para o palanque, nós fomos para as praças públicas dizendo a todo o povo que vínhamos para ser instrumento das mudanças desejadas pelo povo... (É retirado o som).

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) O Deputado que está na tribuna está sem som.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Peço mais um minuto, Senhor Presidente. (Assentimento).

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muitas considerações faremos e muitos apelos faremos ao nosso partido, que é maioria no Congresso Nacional, que não é Governo, digo, que não é poder, no Executivo Federal, mas que tem a co-responsabilidade administrativa. Ou o PMDB caminha no sentido de cumprir os seus compromissos, de cumprir o que pregou nos palanques, ou serão os verdadeiros e autênticos peemedebistas que se mudarão do PMDB.

Este é o nosso compromisso, este é o nosso alerta ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Concedo a palavra ao nobre e ilustre representante do PT, Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Senhores e Senhoras colegas Parlamentares.

Tomamos conhecimento da Ordem do Dia da Sessão de hoje, e estranhamos, de 4 projetos de lei declarando entidades de Utilidade Pública, dois projetos de lei declarando pessoas como cidadãos Honorários Benêritos e um projeto dando nome a uma escola. Sempre denunciávamos aqui nesta tribuna a subserviência deste Poder ao Executivo, o que não achamos correto. Temos lutado para resgatar as prerrogativas tão famosas do Poder Legislativo. Estranhamente tomamos conhecimento e estamos preocupados pois já fazem vinte dias que chegou a esta Casa a Mensagem do Executivo n. 96/87, que dá ao funcionalismo o aumen-

to parcelado de 6,27% ao mês, retroativo a setembro, outubro e novembro.

Estranhamente esta Mensagem não está na Ordem do Dia, apesar do seu Regime de Urgência. Mas enfim, que Poder é esse nosso Poder que, após uma pequena reunião de alguns interessados lá de um pretensão Município de Nova Tebas, se encontram com o Governador e no dia seguinte há um projeto na Ordem do Dia, quando uma mensagem de interesse de uma grande parte do povo paranaense, que é o funcionalismo, não entra na Ordem do Dia depois de vinte dias de tramitação nesta Casa.

O que está faltando para se colocar na Ordem do Dia a mensagem que dá aumento aos servidores, que estão com seus salários defasados, roubados pelo Plano Bresser? O que será que está faltando?

E não é só isto. Pedimos Regime de Urgência para Projetos de Lei que regulamentam o uso dos meios de comunicação por parte do Executivo, que garantem a estabilidade aos celetistas do Estado e que até hoje também não entraram na Ordem do Dia.

Existem outros projetos em Regime de Urgência, de fundamental importância para o Estado do Paraná e que há meses e até anos, estão nas gavetas. É de se perguntar: que Poder é esse? Além de estar limitado e descaracterizado pela Constituição vigente, no pouco espaço que nos sobra, perdemos a oportunidade de mostrarmos o quanto este Poder é importante quando ele assume o seu verdadeiro papel.

Até parece que nós, que compomos esta Casa de Leis, ainda não percebemos que enquanto a Ordem do Dia é pobre, os funcionários do Estado ficam cada dia mais pobres. Onde estão as prioridades? É sabido de todos que o salário dos trabalhadores está altamente defasado e nós calamos diante disso? Os servidores já estão com seus salários roubados pelo Plano Bresser em mais de 50% só de junho até outubro: quatro meses. Somando-se a inflação de junho a outubro - a prevista para outubro -, temos mais do que 50% de inflação. Inflação anunciada pelo Governo que certamente já é calculada com todos os desvios possíveis. Quem é o responsável pelo arrocho salarial adotado pelo desacreditado Presidente José Sarney, sustentado pelo cínico Ministro Bresser, apoiado, é lógico, pelo Governador Álvaro Dias, que insistentemente faz questão de anunciar o seu apoio a este Governo e às suas medidas.

Quem paga por isso? Quem é responsável por esta aberração? Cabe também aos Parlamentares desta Casa apurar e responder. Fácil é responder, porque quem perde são os trabalhadores, os números são incontesteis excetuados os argumentos infantis, que o próprio Ministro da Fazenda usou na

última visita ao Paraná.

O Governo Álvaro Dias, pagou, com atraso de 60 dias, os gatilhos atrasados e que isso também ajudou a defasar o salário dos trabalhadores em 18%. O Plano Bresser, até hoje, provocou mais uma inflação de 50%, a oficial porque todos sabemos que a inflação real é muito maior do que essa. Somadas as perdas que serão repostas, em partes, e em partes atrasadas os servidores receberão salários com mais de 65% de corrosão somente após o Plano Bresser. Isso é lamentável!

E, para exemplificar, Senhor Presidente e nobres colegas, recebi uma carta de um servidor público deste Estado, um policial, um soldado. Ele me encaminhou um comprovante, onde está registrado o pagamento de outubro, recebendo líquido Cz\$ 5 mil e 269 cruzados. Diz ele que gasta, com alimentação Cz\$ 2 mil e 500 cruzados; aluguel Cz\$ 3 mil cruzados; luz e água Cz\$ 600 cruzados; gás Cz\$ 150 cruzados. Só isso totaliza Cz\$ 6.250 cruzados, quando ele ganha Cz\$ 5 mil 269 cruzados. Não dá nem para pensar em comer leite, ovos, carne, queijo ou frutas, e nem falar em remédios, calçado e vestuário. E ele ainda questiona, dizendo que aumentou o leite, a luz, o gás, a água, o ônibus, o combustível, o açúcar, o arroz e outras "cositas mas". E ele diz mais. Denuncia ele aqui a vergonha paranaense de que hoje todos os servidores públicos, no seu comprovante de pagamento, tem escrito em letras grandes, garrafais: "A valorização do servidor público é meta do atual Governo; estamos trabalhando para isso."

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados aqui está o exemplo da vergonha paranaense, e nós temos que nos posicionar e tomar as providências. Será que é esta a valorização do servidor público é a meta do atual Governo?

Pela Ordem, concedo o aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Senhor Deputado Pedro Tonelli, é só para alertar os nobres colegas, à Assembléia, nos termos de meu discurso de ontem, e já da semana passada a propósito de que não se pague aos funcionários, em novembro, o que já lhes é devido em setembro, por reposição salarial decorrente do Plano Bresser, e que o Senhor Secretário de Estado da Administração, está no Jornal Indústria e Comércio, declara ao Diretor daquele prestigioso Jornal, que o Governo não tem interesse nenhum em atrasar o pagamento do funcionalismo e que se a coisa atrasar, será por culpa da Assembléia. De maneira que os Senhores Deputados, também do Governo, tem agora, aqui, impresso num jornal, relativamente imparcial, ou neutro, que se culpa

agora a Assembléia, por uma lentidão que eu imagino não é da intenção da maioria dos Deputados. Então, se alguém ainda retarda isso para dar ao Governo chance de jogar os recursos no "over", está fazendo errado, porque está fazendo contra a sua própria cabeça tal jogo que, de resto é o jogo do poder, e que, sobretudo, engana os mal informados, ou os que querem ser mais espertos ou mais bem informados do que, normalmente, são a maioria dos Deputados.

Eis aqui: - "Reajuste para o Servidor ainda parado", e o Senhor Mário Pereira dizendo que está parado porque nós Deputados não o colocamos em votação. É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência concede mais um minuto à Vossa Excelência para concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Só para dizer a Vossa Excelência que, primeiro: valorização do servidor público é uma meta realmente perseguida pelo Governo e tem-se notado que muitos pontos já foram conquistados, inclusive na categoria do professor, com o regime diferenciado de trabalho, e outros mais. Não se consegue tudo de uma só vez.

Segundo, que estamos trabalhando ausentes desta sessão exatamente para poderemos votar a mensagem de aumento ao servidor público, para que talvez, no dia do funcionário público, possa receber sanção.

Então, este Parlamento, principalmente a Bancada do PMDB, está tentando encontrar formas reais, práticas, verdadeiras, eficientes para fazer a mensagem andar. Eu acho que a ação é mais importante do que o discurso.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço e espero que nós realmente devolvamos ao Executivo a responsabilidade de pagar o reajuste devido aos servidores públicos, aprovando esta lei e dando ao Executivo o aval para pagá-los.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente eu gostaria que Vossa Excelência inserisse nos Anais da Casa a presença do Prefeito de Califórnia, Cirineu Dias nesta Casa, a qual nos honra, por sinal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado. Passa a palavra à representação do PDT. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ainda em cima do que acabou de falar o Deputado Pedro Tonelli, a Bancada do PDT também se mostra preocupada com a situação pela qual passa o funcionário público do Estado.

E também em cima desse aparte feito pelo Deputado Caíto Quintana, nós dizemos que a ação é uma obrigação do governo. E o discurso, e a fiscalização é papel da Oposição.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, venho à tribuna para mais uma vez contestar as palavras e as risadas do Ministro Bresser Pereira. Venho em nome da imprensa, porque dela faço parte, venho também em nome do povo que me elegeu.

E hoje o "Jornal do Estado", diz no seu editorial: "Paga quem não fez": (Lê): "Não poderiam ter sido mais infelizes as declarações do Ministro Bresser Pereira, em Curitiba. Ele fez retornar a todo o vapor a velha prática Delfiniana de ocupar a imprensa pelas informações que chamou de exageradas, com respeito à situação atual do povo brasileiro.

Melhor seria reconhecer simplesmente o arrocho salarial, que é admitido até por vários setores empresariais, do que dizer que o acordo é construído pela imprensa. Esse tipo de atitude era comum na Velha República, e chegou a gerar até a censura prévia nos jornais brasileiros, uma época que normalmente deveria estar sepultada há mais de sete palmos. A própria reação do empresariado foi esperada durante a reunião realizada na nossa Capital, uma reação fria e muitos aplausos para aqueles que falaram em seguida, tentando cobrar do Ministro os erros que vêm sendo cometidos nos últimos tempos e que têm concorrido para que o Brasil chegue a esta situação.

A política econômica desenvolvida pelo governo, segundo Bresser, não admite acordos salariais superiores a inflação fictícia apresentada mensalmente pelo IBGE. No entanto, setores governamentais vêm sendo forçados sistematicamente a dar aumentos um pouco mais reais, como é o caso do Banco do Brasil e dos militares.

A lei do "faça o que eu mando, e não faça o que eu faço", voltou, simplesmente; a mesma lei que norteou vários Governos militares na Velha República. Não há mais como esconder essa situação, e aos jornalistas cabe apresentar aos leitores a verdade acima de tudo. Esconder o aumento do "déficit" público estaria contra os princípios que norteiam o jornalismo. A nossa

obrigação é colocar no papel exatamente aquilo que está acontecendo - preferencialmente sem exageros - e é isso que o jornalista brasileiro vem fazendo, apesar da opinião contrária do Ministro.

É interessante salientar, por exemplo, que no mesmo dia em que o Ministro, em Curitiba, afirmava que a imprensa exagerava, e que aponta coisas que não existem, seu próprio Ministério admite que está encontrando dificuldades para estabelecer as novas metas de "déficit" público e o crescimento real do Produto Interno Bruto; que está difícil prever a inflação dos próximos meses, e o valor das despesas que estão sendo autorizadas, como é o caso do reajuste dos militares.

No momento do lançamento do seu Plano Macro-Econômico, Bresser Pereira fez questão de salientar, alto e a bom som, que nenhum aumento de preço seria superior a 10%. Depois de amanhã, o pão aumentará em 15%! E vários outros produtos, que não foram liberados, tiveram aumentos superiores ao determinado pelo Ministro.

Será que isto é exagero da Imprensa? Não! É a simples realidade que aí está apenas o arrocho salarial como Plano de Governo, muito bem desenvolvido.

A sucessão de erros, o retardamento da Reforma Administrativa e a manutenção do arrocho salarial deverão continuar influenciando decisivamente para o descrédito popular do atual Governo. A isso se soma a pressão governamental sobre a Constituinte, que não deveria existir, de forma alguma, e tudo leva a crer que os poucos cidadãos brasileiros que ainda não estão decepcionados com o atual Governo, acabem também desacreditando no momento em que ouvem o principal Ministro da área econômica acusar a imprensa de faltar com a verdade no momento em que expõe exatamente o que está acontecendo.

Positivamente, o Ministro Bresser Pereira deveria fazer compras nos supermercados, nas panificadoras, nos açougues, para sentir de perto a inflação que o seu Ministério registra de longe, e deveria acompanhar um dia de uma família cujo chefe ganha o salário-mínimo. Seria uma excelente experiência, capaz de fazer com que ele mudasse de idéia com relação ao arrocho salarial, e não criticasse mais os empresários, que sentem a necessidade de seus funcionários, e acabam concedendo-lhes aumentos maiores do que os determinados pelo Governo". (termina de ler).

Este é o editorial do "JORNAL DO ESTADO" na sua edição de hoje, que estampa, bem, o descontentamento da imprensa. E hoje também, na imprensa de todo o Paraná, há uma "Nota de Repúdio" do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, criticando Sua Excelência, o Minis-

tro Bresser Pereira, e é esta "Nota de Repúdio do Sindicato dos Jornalistas, que também quero deixar registrado nos Anais desta Casa!" (Lê):

"O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná vem a público para rejeitar as infelizes declarações do Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, proferidas em Curitiba no dia 19, segundo as quais a inflação está na cabeça da imprensa, ou que o arrocho salarial existe apenas na cabeça dos trabalhadores, empresários, juizes, e da imprensa. O arrocho salarial, ou perda do poder aquisitivo do dinheiro, está na cabeça e no bolso de todos, certamente na do Ministro também. O Ministro tentou passar à sociedade brasileira, conforme se constata nas edições de ontem em quase todos os jornais, que são os jornalistas, na condição de assalariados, que manipulam os índices inflacionários, levando à população informações em desacordo com a situação econômica brasileira. Não podem os jornalistas aceitar passivamente essas afirmações. Quem controla todos os órgãos verificadores dos índices inflacionários é o Governo, e os jornalistas não têm acesso e explicação a traduzir para a sociedade sobre diversos índices desconhecidos no Ministério da Fazenda, que são submetidos a processos "matemáticos" para ditar reajustes salariais, preços e custos.

Se os próprios tribunais da justiça trabalhistas passaram a reconhecer índices sonegados aos salários, seria melhor o Ministro do Estado antes de fazer "bisonhas" acusações, reconhecer a autonomia de poderes dentro de um regime democrático e dar-se por vencido.

Diante das acusações desferidas contra a imprensa em Curitiba, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná está encaminhando, nesta data questão à Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, com sede em Brasília, para que de acordo com os entendimentos já havidos, interpele judicialmente o Ministro Bresser Pereira". (termina de ler).

Esta é a nossa posição também Senhor Presidente Senhores Deputados. E apenas para concluir registamos o recebimento, Senhor Presidente de um requerimento do Sindicato dos Professores do Paraná, e baseado nele solicito à Comissão de Educação da Assembléia para que imediatamente convoque os Senhores Deputados para uma reunião, porque não podemos aceitar que as escolas particulares comecem praticamente a chantagear, e a coagir os pais de alunos a fazer a matrícula para o próximo ano, agora no mês de outubro, condicionando o aluno, quem sabe até a sua passagem do ano, desde que pague agora a sua matrícula do ano que vem. Por isso peço à Comissão

uma reunião imediata.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra à representação do PDS. (Ausente).

Não se encontrando em Plenário, concedo a palavra à representação do PFL.

Declina.

Havendo declinado, concedo a palavra à representação do PL.

Está com a palavra o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A situação caótica da economia está propulsando o povo, e a persistir a situação, teremos em breve um verdadeiro caos social.

O povo sacrificado até a exaustão já não suporta as adversidades econômicas de uma política errada e inconsequente.

Excelências, chegou o momento da classe parlamentar se manifestar e clamar por decisões mais justas para com esse povo que nos elegeu e confiou a nós a tarefa de zelar pelo seu bem-estar. As aberrações são muitas, e a injusta ronda de muito perto a essa população que não negou até agora os votos de confiança solicitados para dar tempo ao Governo de reconduzir o País a essas verdadeiras vocações de uma Nação prestes a deslanchar como potência econômica.

A situação transformou o Governo numa máquina insaciável de consumir dinheiro; quanto mais arrecada mais gasta. A política tributária é hoje a mais insana das propostas governamentais.

A alta tributação sobre bens de consumo e serviço já fez de Curitiba a Capital mais cara do País, em consequência, principalmente a classe média está sufocada com os impostos subindo cada vez mais, e os salários, defasados desde antes do malfadado Plano Cruzado, praticamente congelados.

E ainda, Excelências, o povo é obrigado, é obrigado a suportar afirmações como as do Ministro da Fazenda Bresser Pereira de que a defasagem salarial está apenas na cabeça de alguns e na imprensa. Afirmações como esta, realmente nos fazem pensar que chegamos a um ponto de desânimo total e que o Governo, definitivamente, perdeu a credibilidade perante o povo que é seu sustentáculo.

À nível do Governo paranaense, segundo se observa, há divergências quanto a praticabilidade de uma medida que vem sendo cogitada, desde que o Conselho Monetário Nacional liberou aos Estados a decisão de um comportamento, é a aplicação ou não do percentual do ICM sobre o preço do leite e hortigrangeiros, matéria que vem sendo ho-

je o principal assunto em destaque em relação aos consumidores preocupados em que se repasse ao seu custo mais esse ônus, que certamente vai inviabilizar a compra do produto pelos menos favorecidos.

Segundo tivemos oportunidade de saber, o Secretário da Fazenda, Luiz Carlos Hauly sugeriu ao governador, dentro das necessidades de aumento de recursos para o Estado, a aplicação de 8,5% do ICM sobre o leite, a partir de novembro vindouro.

Essa isenção, que vem beneficiando produtores e, por extensão, os consumidores, está para acabar, caso o Governo concorde com a sugestão oferecida pelo titular das Finanças.

Enquanto isso, em boa hora o Secretário da Agricultura, Osmar Dias já se posicionou contra esse instrumento, que segundo bem salientou, apesar de aumentar a receita do Estado, vai criar enormes dificuldades aos produtores e consumidores, inviabilizando a comercialização que já está sentindo, por força da própria crise econômica do País, a retração do mercado.

Por sua vez, a carne é outro exemplo a ser analisado. De uma alíquota que há alguns meses era de 5%, passou para 17%, e esse aumento realmente torna quase proibitiva a aquisição desse alimento, fonte de proteínas necessárias ao organismo humano, chegando a preços realmente muito além da possibilidade do consumidor.

Estes são apenas dois exemplos, e se verificarmos os demais produtos e serviços, estes não ficarão para trás. Está na hora do Governo parar de sacrificar o povo, pois de nada adianta resolver seus problemas de caixa se o povo está deixando de se alimentar racionalmente.

De alguns anos, excelências está mesmo povo debilitado estará onerando os cofres do Estado ao necessitar de assistência médica. Altos impostos são taxações de países subdesenvolvidos e em desespero, e o Brasil com essa imensa potencialidade não pode chegar a este ponto. Seria um atentado contra a própria natureza que o privilegiou.

Nós, brasileiros, sabemos que uma dose de sacrifício é necessária, mas que seja de ambas as partes, pois até agora só o povo contribuiu. O sacrifício e os exemplos devem vir de ambas as partes.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, países europeus conseguiram sobreviver a duas grandes guerras e se destacaram economicamente em poucos anos, sem sacrificar o povo até a exaustão. É até uma questão de estratégia política, de boa administração, e se o Governo espera contar com o povo para recuperar o tempo que dispensou com tentativas inúteis, é preciso que o estimule para isso.

Além do mais, a alta tributação sobre

a circulação de mercadorias, ao contrário do que o Governo espera, vai gerar outro grande problema, a sonegação e a consequente concentração de rendas, exatamente no momento em que tantos políticos como tecnocratas falam em melhor distribuição de renda.

Na verdade, com a sonegação o Governo estaria provocando a concentração de renda sempre entre os grupos mais poderosos.

Ora, sabemos, Senhores Deputados que o pequeno produtor não sonega, já que o volume produzido também é pequeno, e portanto o seu temor é maior. O Governo está cometendo erros, sem dúvida, e deve repará-los sob pena de, sendo incoerente consigo mesmo, perder a credibilidade de forma irrecuperável. Se chegarmos a esse ponto, aí então as soluções para a recuperação econômica de nosso País estarão cada vez mais distantes do nosso alcance.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Consulto a Liderança do PTB. DECLINA.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei n. 268/87, que concede reajuste salarial ao funcionalismo estadual. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária para a próxima sexta-feira, dia 23, às 10:00 horas, para apreciação do Projeto de Lei n. 268/87, e demais matérias. Aprovado.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apreciado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 182/87, de autoria do deputado Nestor Baptista, que declara de Utilidade Pública, a "Associação de Proteção à Infância - APMI", do Distrito de Yolanda, Município

de Ubiratã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 186/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a "Associação comunitária Rocha Loures ACROL", com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 193/87, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, aos Irmãos Lafayethe e Ricardo Queirolo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 194/87, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Professores de Iporã - API", com sede e foro no Município de Iporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 129/87, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que denomina Escola Estadual Maria Scaramella Moreira - Ensino de 1º Grau a Escola Estadual do DER, localizada no Município de Piraí do Sul, Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 171/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Dr. Tancredo Neves" com sede e foro em Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 172/87, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Teobaldo Vitorio Machado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Raully Bianchi, ocorrido no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa. Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Márcio Miranda, ocorrido no dia 21 de outubro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Florisbela Ramos dos Reis Leal, do Município de Pato Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Alceu Tengue Ribas, ocorrido no Município de Pato Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas, com todo o respeito, pedindo à Assessoria da Mesa que colocasse o microfone mais próximo para que a gente pudesse ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Bassani, ocorrido no Município de Campo Largo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 254/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 95/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando seja fixada para o dia 1º de dezembro do corrente ano a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná para José Augusto Sandreschi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, encarecendo uma política de apoio ao pequeno agricultor. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Superintendente do IPE, pedindo a instalação de um centro previdenciário daquele órgão, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Superintendente do IPE a fim de viabilizar a instalação de um centro previdenciário com amplo atendimento de Raio X, Laboratório de Análises Clínicas, Eletrocardiogramas, atendimento odontológico e outros serviços no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Educação, e Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo reforma geral no Colégio Estadual Presidente Kennedy - Distrito de Flor da Serra, no Município de Medianeira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de Subdelegacia no Distrito de Jardinópolis, no Município de Medianeira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de uma subdelegacia para o Distrito de Flor da Serra, no Município de Medianeira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, pleiteando a construção de 4 salas de aula no Colégio Estadual Presidente Kennedy, do Distrito de Flor da Serra, no Município de Medianeira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de Posto de Serviço Telefônico-PS, na localidade de Bom Jesus, no Município de Marmeleiro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações referente ao Centro de Convenções. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO S/A, por intermédio da Secretaria das Finanças, viabilizando a insta-

lação de um Posto do referido Banco, no Distrito de Vila Alta, no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia do Professor. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a destinação de um auxílio à Sociedade Protetora dos Animais, desta Capital, através da cessão de um veículo automotor. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, congratulando-o pelo recebimento da medalha do Mérito Ferroviário, conferida pela Rede Ferroviária Federal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da Empresa Princesa do Norte S/A, do Município de Santo Antônio da Platina, congratulando-o pela premiação daquela empresa, como "Empresa do Ano". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, protestando contra o uso indevido dos recursos públicos em benefício da auto-promoção. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Delegado de Polícia do Município de Ponta Grossa, manifestando apoio e solidariedade ao bom trabalho por ele desenvolvido. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO SA., por intermédio da Secretaria das Finanças, pedindo a instalação de Posto de Serviços no Município de Flórida. **Aprovado.**

O SR. VALDERI MENDES VILELA-(Pela Ordem).

Apenas para registrar nesta Casa a presença do nobre Vereador José do Carmo Badaró, da Cidade de Ribeirão do Pinhal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do IPB, por intermédio da Secretaria da Administração, solicitando a instalação de um Centro Previdenciário com amplo atendimento em todos os setores, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Senhor Amauri Antônio Ançay, pela escolha de "O Operário Padrão do Paraná de 1987", em promoção realizada pelo SESI e pelo "O Globo". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo que o Município de Marialva seja elevada de Comarca Inicial para Intermediária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativas.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Gazeta do Povo" pelo transcurso de 12 anos da coluna "Gazeta na Justiça", e 32 anos da coluna "Dino Almeida Informa". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor aos jornais "Folha de Londrina" e "Paraná Oeste", pelas edições comemorativas ao Dia da Criança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia do Professor. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Indústria & Comércio" pela instituição do troféu "Construtor do Grande Paraná" e do Prêmio "Personalidade de I & C -87". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Delegado da Polícia Federal do Paraná e diretor da Polícia Federal do Município de Foz do Iguaçu, pelo brilhante trabalho de fecha-

mento e prisão dos responsáveis do "Cassino", instalado no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Trabalho, viabilizando a instalação de um Posto Regional daquele Ministério, no Município de Arapongas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor às funcionárias do Instituto do Câncer, do Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações sobre os critérios adotados pela SANEPAR, para majorar as tarifas de água e esgoto e qual o embasamento legal para esse procedimento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a destinação dos equipamentos necessários para a instalação de um gabinete odontológico no Distrito de Jardim Paredão, no Município de Altônia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Indústria e Comércio do Paraná", pela passagem do seu aniversário. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Justiça e Presidente da Constituinte, Câmara dos Deputados e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, encarecendo providências no sentido de evitar a execução de ameaças que vem sendo feita ao Coordenador da Comissão Pastoral da Terra. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PEDRO TONELLI- (Para encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, este requerimento cuja votação está sendo encaminhada, ele visa marcar nesta Casa de Leis as providências que esta Casa deve pedir ao ministro da Justiça, tendo em vista o anunciado no Brasil inteiro e aos quatro ventos, pela União Democrática Ruralista, as suas atitudes, as suas práticas. Nos firmamos em base e em denúncia

publicada na Revista "Paraná Oeste" aonde o jornalista Renato Schaitza denuncia, subentendendo-se com uma certa certeza, o envolvimento da UDR no contrabando de armas de Miami, Estados Unidos, para o Brasil, para revender aos fazendeiros brasileiros para terem mais força, para aumentar os números da violência no campo.

Firmamo-nos também, na prática da mortandade que vem aumentando ano a ano no Brasil, praticada pelos latifundiários do Brasil e que certamente tem muito a ver com a facilidade maior de armamento dos fazendeiros brasileiros.

E por fim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, as próprias declarações do seu Presidente Ronaldo Caiado, na sua indesejável última visita que fez ao Paraná, quando anunciou aos quatro ventos que se a Constituinte não aprovar a vontade de meia dúzia de fazendeiros privilegiados desta Nação, haverá o maior levante da história do Brasil.

Isto nos preocupa, e nos preocupa porque nós vivemos numa Nação em que, nós acreditamos, as nossas conquistas, poucas conquistas democráticas que o povo brasileiro já teve, não podem ser jogadas água abaixo pela vontade de meia dúzia de fazendeiros retrógrados que não têm mais moral de continuar exigindo o aumento dos seus privilégios. Portanto, é justo que esta Casa de Leis, de homens públicos e que querem uma ordem social, solicitem do Ministério da Justiça que o caso seja investigado e se há infratores, que sejam punidos.

E queremos o mesmo tratamento que foi dado quando os fazendeiros da região do Bico do Papagaio denunciaram que os posseiros da região estariam se armando para enfrentar os fazendeiros. Imediatamente o Ministro da Justiça Paulo Brossard encaminhou os tropas da Polícia e do Exército para um desarmamento, quando tirou dos posseiros canivetes, foices, machados e enxadas, que são instrumentos de trabalho. Então, queremos ver agora, se realmente for constatado que é verdade, queremos ver o Ministério da Justiça jogar a Força Pública para desarmar os fazendeiros que estão se armando de metralhadora, de escopeta, de fuzil, para enfrentar os trabalhadores, de bodoque e de canivete.

Então, eu acho que é esse o teor do requerimento e gostaríamos também de aproveitar para contestar afirmações de Parlamentares que no dia de ontem manifestaram-se nesta Casa, dizendo-se a favor da violência e do armamento e identificando-se a favor da UDR. É lamentável que numa Casa, onde seus membros são eleitos pelo povo, alguém vem aqui se manifestar a favor dos fazendeiros se armarem, a favor dos Deputados andarem de metralhadora, a favor da

violência, e a favor de que quem tem mais força pode mais.

Isso é lamentável, mas espero que cada vez mais, nós, representantes do povo, acreditemos na força institucionalizada do Poder Democrático com respeito pela maioria e pelas forças da minoria, em que atitudes como estas, da UDR, terão que ser repudiadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

(Passa a ler o teor inteiro do requerimento.)

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar)-

Senhor Presidente, nossa Bancada faz questão de registrar que este requerimento é muito aleatório. Nós votaremos, particularmente eu, votaremos a favor, no sentido que as autoridades relacionadas possam, na verdade, verificar a existência ou não da discriminação aos trabalhadores. Sob hipótese alguma estamos endossando a afirmativa de que isso possa acontecer, porque foge da alçada desta Bancada, que desconhece o fato. No entanto, como há por parte do Deputado Pedro Tonelli, um requerimento dizendo que este fato está acontecendo, e está inclusive acompanhado por carta do Sindicato dos Médicos, o nosso interesse, evidentemente, é de que as autoridades possam observar e analisar se realmente está acontecendo, porque realmente não pode acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com as observações do Deputado Líder da Bancada do PMDB, Caíto Quintana, está em votação o requerimento. **Aprovado.**

A Mesa registra com satisfação a presença do Prefeito Teodoro Ribeiro de Oliveira, dos Vereadores Neury Camargo, Presidente da Câmara, Nelise Cardoso, Hélio Bernardi, Antônio Riggi, Olímpio de Moura, João Ambrósio, Anátio Francisco, e Antônio Borak, todos de Catanduva.

A Mesa registra com satisfação a sua presença.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Justiça e Secretário da Justiça do Estado da Bahia, encarecendo o julgamento dos ex-membros do Partido dos Trabalhadores, presos por tentativa de assalto ao Banco do Brasil, ocorrido no Município de Salvador-Bahia. Em votação. **REJEITADO.**

O SR. PEDRO TONELLI- (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Pela Or-

dem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito verificação de votação. Só três Deputados levantaram.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e vai proceder à verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, gostaria de tomar conhecimento maior do conteúdo deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado requer envio de Expediente ao Senhor Ministro da Justiça e ao Senhor Secretário da Justiça da Bahia, solicitando imediato julgamento de Marcos Leme e de José Antônio Prestes, ex-membros do Partido dos Trabalhadores, presos por tentativa de assalto ao Banco do Brasil.

Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Três Senhores Deputados aprovam.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Apenas queria justificar o meu voto. Não posso endossar este requerimento por uma questão até de formação profissional. O requerimento pede imediato julgamento. A minha concepção de advogado, a despeito de reconhecer a morosidade da Justiça, o acúmulo de serviço e todos aqueles vícios que são praticamente históricos do Poder Judiciário, a minha formação profissional de advogado não me permitiria endossar um requerimento nos termos em que ele está redigido, isto é, o imediato julgamento.

Justifico sob dois pontos de vista. Primeiro, se o Poder Judiciário acatar o imediato julgamento, há possibilidade da violação da lei processual, se não toda ela cumprida. Por outro lado, preocupa-me também que com o julgamento imediato estaremos na eventualidade até possivelmente, porque não conheço o processo, de violar o próprio direito do réu de usar os prazos de que dispõe para o seu julgamento.

E quando falo nos prazos, há - e isto depende também de cada processo, por isto fica até difícil de fazer o raciocínio -, há a possibilidade do próprio réu usar

eventualmente a dilatação dos prazos, usar todos os prazos e usar a própria morosidade da Justiça como justificativa de um eventual "habeas corpus" que lhe permitiria liberdade pelo excesso de prazo que o mantém na prisão.

A respeito então do meu voto contrário, já tive a oportunidade de manifestar a minha solidariedade à situação, à condição dos presos lá na Bahia e reconheço que realmente o prazo da prisão já vai longe. Parece-me que esta minha solidariedade prestada anteriormente não me coloca em contradição ao votar contrariamente ao requerimento. Apenas pela razão de que a redação, nos termos em que ele está exposto, impede-me de fazer esta votação favorável. Isto a respeito de minha solidariedade à situação daqueles presos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a questão de ordem levantada pelo Deputado Nereu Carlos Massignan. A Mesa deixa de receber este requerimento pois o mesmo...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Questão de Ordem). Apenas fiz uma justificativa do meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa recebeu as observações de Vossa Excelência, como uma questão de ordem, por sinal muito justa, por isso deixa de receber o requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Governador do Estado, Secretário da Educação, Coordenador da CODEC, Delegado Regional da SUNAB e Senhora Presidenta do Conselho da Educação, solicitando providências contra abusivos procedimentos de algumas instituições educacionais da iniciativa privada na cobrança da matrícula antecipada dos seus alunos para o ano letivo de 1988. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Justiça, encarecendo investigações e providências com relação às constantes denúncias de contrabando de armas por parte da UDR. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, para encaminhar.

Embora com a liberação total da Banca do PMDB para votar como quiser, se o requerente da matéria modificasse o termo usado "solicitando" ao invés de "exigindo", porque acredito que a este Poder não cabe exigir, eu até votaria favorável. No

entanto, quero declarar o meu voto contrário pela forma agressiva de exigência a um fato em relação a qual também não há comprovação, quer dizer, está se solicitando que se faça uma investigação. Se o Senhor requerente alterar a redação do projeto, terá o meu voto favorável. Caso contrário, com a Bancada do PMDB liberada para votar como quiser, eu votarei contra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar) - Eu acato que se altere a redação, mas não gostaria de ver o Líder do PMDB se manifestar e se doer a favor da UDR contra o povo brasileiro. Portanto, eu abro mão para que se altere os termos da redação, mas nós temos que pedir as providências do Ministério da Justiça para que sejam investigadas e apuradas. Eu acato.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa deixa de receber o requerimento e devolve ao Deputado Pedro Tonelli, para que na sessão de amanhã, ele redija o requerimento de acordo com o que solicitou o Deputado Caíto Quintana e com que Sua Excelência concordou.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo a não tributação do ICM sobre o leite pasteurizado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pelo 31º aniversário de fundação do Jornal "Tribuna do Paraná". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações para a Professora Luci Faust, pelo trabalho que vem realizando no exercício de sua profissão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infância, desta Capital, pela passagem do 73º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo reparos na ponte localizada na divisa dos Municípios de Cu-

ritiba com São José dos Pinhais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo providências necessárias à extinção das Delegacias de Falsificação e Defração e de costumes desta Capital. **Em votação.**

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem)

Eu gostaria de saber o que é que estamos votando, porque nós não conseguimos ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai ler com muita calma o requerimento. (Lê o requerimento). **Em votação.**

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para encaminhar).

Senhor Presidente, na qualidade de homem de imprensa, ao exercer a função de repórter policial nós temos feito um trabalho profundo no sentido de ver a situação atual da segurança neste Estado. O próprio Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias, dia destes, em matéria na imprensa, pedia até ao Governo Federal a extinção de alguns órgãos do Governo Federal, por entender que determinados órgãos estão praticamente parados, praticamente sem uma atuação mais efetiva, e mantendo nesses órgãos, Senhor Presidente, uma estrutura toda que poderia ser melhor utilizada se ela fosse distribuída para outros setores. É nesse mesmo pensamento de Sua Excelência o Governador, que esse Deputado, homem de imprensa, conhecedor da situação, vem pedir a Sua Excelência o Governador e, evidentemente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, e faço esse pedido, porque também quero colaborar com a política de contenção de despesas do nosso governo e do nosso Estado. Entendo que essas duas delegacias não têm sentido mais de existir; se isto não for verdade, que me contrarie o Secretário de Segurança Pública, porque são duas delegacias cujo trabalho é feito hoje por 12 distritos policiais existentes em Curitiba. E essas duas delegacias têm uma estrutura de viaturas, de homens, de equipamentos administrativos praticamente ociosos. Se eles fossem distribuídos para outras Delegacias, tenho certeza que a segurança do Estado do Paraná estaria ganhando, o povo do Paraná ganharia, porque outros órgãos estariam utilizando estes equipamentos.

É apenas neste sentido que eu peço a compreensão da Bancada do PMDB, no sentido de que este Parlamentar, mesmo sendo de Oposição, quer prestar um trabalho de co-

laboração a Sua Excelência o Governador, quanto à necessidade de se fazer uma reestruturação nos quadros da Polícia Civil, principalmente eliminando-se o pagamento de alugueis, que algumas delegacias exigem. Hoje, a maioria dos prédios da Secretaria de Segurança Pública são mantidos com caríssimos alugueis, com caríssimos equipamentos, com viaturas também caras, e com pessoal que poderia ser melhor utilizado e principalmente pelo seguinte sentido: de que o trabalho feito pela Delegacia de Costumes é um trabalho feito por todos os Distritos Policiais, que são as clínicas gerais.

O trabalho feito pela Delegacia de Falsificações e Defraudações é o mesmo trabalho feito pelos distritos policiais. É nesse sentido, procurando colaborar, que eu quero fazer esse encaminhamento e colocar a discussão neste Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em votação o requerimento. REJEITADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, dos artigos "Bresser: "Brasil não suspende a moratória" e "Ministro culpa a imprensa por inflação", publicado no Jornal "Indústria & Comércio". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Conselho Regional de Medicina, desta Capital, pela passagem do Dia do Médico. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Kaloré, no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Altônia, no Programa de Módulos Sanitários. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Alto Piquiri, no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

va.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Umuarama, no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Icaraíma, no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Iporã, no Programa de Módulos Sanitários. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Jesuítas no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Formosa do Oeste no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Maria Helena no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Cidade Gaúcha no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando à Comissão Executiva seja coibido o uso de cigarros dentro das dependências do Plenário desta Casa. - **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

do Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo levantamentos necessários para que o Município de Marialva passe de Comarca Inicial para Entrância Intermediária. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Londrina, repudiando a falta de sensibilidade que norteia determinadas atitudes, como a de destruir um ninho de bem-te-vi, construído em um semáforo. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Dirceu Manfrinato, Domingos Scarpellini, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando a transformação da sessão plenária do dia 19 de novembro do corrente ano, quinta-feira em Sessão Especial de Apoio ao I Encontro Paranaense de Cafeicultura. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Trabalho e Ação Social, Indústria e Comércio, Delegado Regional do Trabalho, Presidente da Empresa Cidade Industrial de Curitiba, ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Presidente da Federação das Indústrias do Paraná, Presidente da Associação Comercial do Paraná, Presidente e Juizes do Tribunal Regional do Trabalho e ao Ministro do Trabalho, pedindo empenho no sentido de evitar e coibir discriminação e perseguição ideológica aos trabalhadores da Cidade Industrial de Curitiba, através da Associação dos Empresários da CIC. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Esportes, encarecendo apoio para a atleta Giordana de Souza participar do Campeonato Panamericano de Karatê, como representante do Brasil, a ser realizado nos EUA, em janeiro de 1988. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando voto de louvor à nova Diretoria e Conselhos da Casa do Estudante Luterano Universitário. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte que liga o Município de Capitão Leônidas Marques ao Município de Boa Vista da Aparecida. - **Aprovado.**

À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando recursos para conclusão da "Estrada Boiadeira", no Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a conclusão da "Estrada Boiadeira", no Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Política Habitacional, encarecendo sejam incluídos dentro do Projeto Mutirão Habitacional destinado ao Município de Umuarama, todos os Distritos e Patrimônios daquele Município. - Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, com todo o respeito aos demais Parlamentares desta Casa, são sempre os mesmos ou quase pelo menos sempre os mesmos que aqui permanecem até o final da sessão. E permanecemos, para quê?

Para aprovar requerimentos de Deputados que nem sequer vêm aqui neste Plenário, para inclusive prestigiar o seu próprio requerimento.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu gostaria até de levar a discussão aos demais Parlamentares, porque na Câmara de Vereadores de Curitiba - e o Deputado Rafael Greca saiu de lá, veio comigo, é testemunha, foi votado um projeto de resolução de que somente seriam apreciados os requerimentos e até mesmo projetos, desde que os parlamentares estivessem em Plenário, desde que o Parlamentar que fez o requerimento estivesse em plenário, porque não é possível, Sr. Presidente, enquanto nós ficamos aqui aprovando ou rejeitando projetos, e principalmente a Oposição, fica aqui aprovando projetos e requerimentos da Situação, e a Situação permanece evidentemente para rejeitar os projetos e requerimentos da Oposição. Não podemos admitir, Sr. Presidente, que fiquemos aqui dando cumprimento a uma sessão da Assembléia Legislativa, para aprovar requerimentos de Deputados que não vêm prestigiar os seus próprios requerimentos, os seus próprios projetos!

Nesse sentido, eu gostaria de solicitar aos demais Parlamentares, para que analisassem, em suas Bancadas, a necessidade de entrarmos com um projeto de resolução para se disciplinar essa votação de requerimentos, porque nós não podemos

aceitar mais a situação.

Caso contrário, Sr. Presidente, a partir de hoje, este Parlamentar, ao final da Ordem do Dia, vai solicitar a verificação de quórum, em todas as sessões, e essas sessões vão acabar se encerrando - desculpem-me esta colocação aqui - por falta de número de Parlamentares!

É um desrespeito à Casa, um desrespeito aos colegas que sempre aqui permanecem, votando requerimentos e vendo os seus próprios requerimentos serem rejeitados!

Muito obrigado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Comissão de Educação desta Casa de Leis, para análise e pronunciamento a respeito da denúncia do Sr. Presidente do Sindicato dos Professores do Estado, com relação à ação qualificada por aquela entidade de classe. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria das Finanças e da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, viabilizando que as próximas altas de água e de energia elétrica, seja comunicadas aos chamados grandes consumidores, com pelo menos um mês de antecedência. - Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações a diversos artistas e galerias desta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à TV Independência, sucursal local da Rede Manchete, pela estréia, hoje, do noticiário paranaense daquela rede de comunicação. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo informações sobre em que fase encontram-se os processos de n. 27.504/85, 40.923/85 e 51.800/85. - Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações sobre a paralisação das obras do edifício destinado ao terminal rodoviário no Município de Quitandinha. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Regional do Banco do Brasil, encarecendo a instalação de uma sub-agência daquele Banco, no Município de Jandaia do Sul e no Município de Kaloré. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente solicitando voto de congratulações ao Dr. Carlos Fagundes, pela sua eleição como Presidente da Associação dos Advogados do Município de Porto União da Vitória, bem como a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo intitulado "Aquele Menino", publicado no jornal "O Comércio". - **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, pela posse da nova diretoria. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a Associação dos Deficientes Físicos do Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de saudações e boas vindas ao Sr. Ministro das Relações Exteriores da Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações sobre a paralisação das obras da estrada Araruna, que liga os Municípios de Campo Mourão a Araruna. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Sr. Superintendente Estadual da LBA, encarecendo um auxílio financeiro para a Casa da Sopa, do município de Goioerê. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a ligação asfáltica na PR-460, passando por Nova Tebas, Poema, Mil Alqueires, Godoy Moreira até o Município de São João do Ivaí. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Estadual da LBA, encarecendo um auxílio financeiro para a creche Santa Luzia, do Distrito de Guarani, no Município de Mamborê. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Superintendente da FASPAR, encarecendo um auxílio financeiro para o Clube de Mães Dona Elisa, do Jardim Alvorada, no Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de louvor ao jornal "Indústria e Comércio", pelo 11.º aniversário. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao IBDF, pela comemoração do cinquentenário dos Parques Nacionais Brasileiros. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao jornal "Indústria e Comércio", pela passagem do 11.º aniversário de fundação. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações a todos os médicos, pela passagem do "Dia do Médico". - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Coritiba Futebol Clube, pela passagem do seu 78.º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente

de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Presidente do jornal "Indústria e Comércio", pelos 11 anos de sua fundação. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações aos vencedores do concurso de redação sobre o Livro Verde - A Terceira Teoria Universal, promovido pela Federação Paranaense de Cineclubes e União Paranaense dos Estudantes. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Rotary Club de Curitiba, pela orientação dada aos jovens vestibulandos. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando à União de Mulheres de Curitiba, no sentido da criação da Casa de Abrigo, nesta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações às jornalistas do jornal "Gazeta do Povo", pela conquista do 1.º lugar no concurso "Prêmio CEAG-PR". - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Tupãssi, pela passagem do seu 4.º aniversário. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Volvo do Brasil S/A, pela comemoração dos 10 anos de atividade de sua indústria, nesta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Odone Fortes Martins, pela consolidação do Prêmio "Personalidade I & C". - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente e Relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, encarecendo a manutenção do dispositivo com a aposentadoria integral da classe do magistério, aos 25 anos de trabalho. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao

Sr. Secretário da Saúde Pública, pela excelente atuação do recém-conveniado Posto do INAMPS, nesta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Trabalho e Ação Social e Presidente do BANESTADO S/A, por intermédio da Secretaria das Finanças, pedindo a implantação do Projeto "Gralha Azul", no Município de Sertaneja. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Trabalho e Ação Social e Presidente do BANESTADO S/A, por intermédio da Secretaria das Finanças, pedindo a implantação do Projeto "Gralha Azul", no Município de Alvorada do Sul. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Trabalho e Ação Social e Presidente do BANESTADO S/A, por intermédio da Secretaria das Finanças, pedindo a implantação do Projeto "Gralha Azul", no Município de Miraselva. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Trabalho e Ação Social, pleiteando a doação de recursos a serem destinados ao Centro Espírita Allan Kardec, do Município de Londrina. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Trabalho e Ação Social e Presidente do BANESTADO S/A, por intermédio da Secretaria das Finanças, pedindo a implantação do Projeto "Gralha Azul", no Município de Centenário do Sul. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Trabalho e Ação Social e Presidente do BANESTADO S/A, por intermédio da Secretaria das Finanças, pedindo a implantação do Projeto "Gralha Azul", no Município de Primeiro de Maio. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Trabalho e Ação Social e Presidente do BANESTADO S/A, por intermédio da Secretaria das Finanças, pedindo a implantação do Projeto "Gralha Azul", no Município de São Sebastião da Amoreira. -

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Trabalho e Ação Social e Presidente do BANESTADO S/A, por intermédio da Secretaria das Finanças, pedindo a implantação do Projeto "Gralha Azul", no Município de Porecatu. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Diretor do Instituto do Câncer no Município de Londrina, pelas medidas de segurança tomadas durante a troca de pastilha de cobalto 60 e a remessa do lixo atômico para a Inglaterra. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da nota oficial da Itaipu Binacional publicada em diversos jornais do Estado, sobre os honorários do Ministro Ney Braga. - **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, cumprimentando-o pela versatilidade de gerenciamento, não apenas na Pasta que dirige, como também na cooperação em outras áreas. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, cumprimentando-o pela sua eficiente e fecunda atuação frente à Pasta da Administração. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, pleiteando a instalação de abrigos nos pontos de ônibus intermunicipais nas rodovias estaduais e federais. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação nas Comarcas de Entrância Final dos Municípios de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, de Delegacia Especializada em Delitos de Trânsito. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do

expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a inclusão de mais duas Varas Especializadas em Delitos de Trânsito nesta Capital e criando nas Comarcas de Entrância Final dos Municípios de Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, uma Vara Especializada em Delitos de Trânsito. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, pedindo o repasse de verbas para a conclusão da obra do prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia do Município de Marialva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, pleiteando a instalação de um Centro Previdenciário do IPE, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Pérola no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência Social, encarecendo uma licitação com o objetivo de adquirir, por parte do Governo Federal, um dos Hospitais do Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, pedindo instalação de uma unidade de atendimento daquele Banco no Município de Kaloré. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Xambrê, no Programa de Módulos Sanitários, desenvolvido por aquela Secretaria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Es-

tar Social, encarecendo a inclusão do Município de Nova Olímpia no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Douradina no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Cruzeiro do Oeste no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Assis Chateaubriand no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Francisco Alves no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Tapira no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão do Município de Jussara no Programa de Módulos Sanitários desenvolvido por aquela Secretaria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do "Documento do Sul" que resultou na reunião de Secretários da Agricultura dos Estados do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a instalação de um telefone na Escola Estadual Lange Júnior, Alto Boqueirão, Jardim Castelo Branco, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao novo presidente da TELEPAR, Senhor Fernando Xavier Ferreira, bem como a instalação de um telefone comunitário na favela de Santa Luzia do Tatuquara, desta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Doutor Antônio Celso Nunes Nassif, eleito para a Presidência da Associação Médica Brasileira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Indústria e Comércio", pelos 11 anos de sua fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações a Senhora Paula Pedroso do Amaral, pelo 37º aniversário da Creche Ana Messias, e pelos 73 anos de fundação da Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infância, desta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao município de Abatiã pela passagem do aniversário de Emancipação Política daquele Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Telepar, encarecendo a instalação de um P.S. na localidade de Barro Preto, município de Pitanga. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Geral do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo a construção de acostamento ou parádouros, na altura da PR-495, até os Distritos de Flor da Serra e Jardimópolis, no município de Medianeira. **Aprovado.** À Di-

retoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 22, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n^{os} 268, 267, 229, 223, 196, 201, 205, 210, 214 e 222/87; e do Projeto de Resolução n^o 55/87.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n^{os} 246, 108, 120, 141 e 202/87.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 1987.

DOCUMENTO DO SUL

Os Secretários de Agricultura dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, reunidos no dia 13/10/87, em Florianópolis, conjuntamente com políticos e lideranças dos setores, ao analisarem a grave crise por que passa a suinocultura e a avicultura, encaminham os seguintes pleitos:

a) correção imediata do preço mínimo do suíno Cz\$ 36,00 por quilograma vivo, devendo ser reajustado mensalmente pela variação da OTN;

b) redução da carga tributária incidente sobre as carnes suína e de aves como forma de viabilizar a prática do preço mínimo;

c) redução dos preços dos insumos via mecanismos de incentivo, com a finalidade de baratear os custos de produção, com a provável influência na conformação do preço mínimo solicitado;

d) formação imediata do estoque regulador de carne suína de 20.000 toneladas, conforme já prometido, considerando a relação de 1.8 sobre o preço mínimo para a aquisição de carcaças, respeitando, ainda, a consulta prévia aos Estados produtores quanto à época mais adequada para a desova dos estoques. A formação do estoque deve ser efetuada através do sistema de EGF com cláusula de compra;

e) garantia de suprimento de milho até a entrada da próxima safra com interiorização imediata para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, suspensão da remoção de parcela do milho do Paraná para o Nordeste, cujo abastecimento poderá ser efetuado com o produto estocado nos Estados do Centro-Oeste;

f) liberação das cotas de exportação de carne bovina e priorização das desovas dos estoques oficiais através do consumo institucional (merenda escolar, forças armadas e outros órgãos oficiais);

g) quando as negociações internacionais implicarem importações de carnes, as mesmas devem ser contratadas mediante a prévia consulta aos Estados produtores;

h) manutenção da venda direta de milho aos criadores, buscando a isonomia com São Paulo e Estados do Nordeste;

i) liberação imediata dos preços de

varejo da carne de frango, suína e seus derivados, desvinculando-os do controle do CIP;

j) garantia de recursos para investimento e custeio dos plantéis e prorrogação dos EGF e custeio de milho;

N.B.

As indústrias somente se comprometem a pagar o preço mínimo para suíno pleiteado (Cz\$ 36,00 por quilograma), caso sejam implantados simultaneamente os mecanismos de redução da carga tributária incidente sobre os produtos suinícolas, a instituição de subsídios para o milho em grão e o farelo de soja e a desvinculação do controle do CIP.

Florianópolis, 13.10.87.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOÃO ARRUDA, EM SESSÃO DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 1987.



NOTA OFICIAL

Considerando notícias infundadas que vem sendo veiculadas, sobre os honorários do Diretor Geral Brasileiro e com o objetivo de dar condições a que a população tenha acesso à verdade:

A Assessoria de Comunicação Social da ITAIPU BINACIONAL esclarece os honorários do Diretor Geral Brasileiro, Ney Braga.

1. O Diretor Geral Brasileiro, como outros diretores, recebe honorários e não salários.
2. Os honorários dos Diretores Brasileiros, de acordo com o Tratado Internacional, são fixados em comum acordo entre o ANDE, do Paraguai e a ELETROBRAS, do Brasil, sendo idênticos aos dos diretores desta última, respeitando os critérios das "Diretrizes Sobre Remuneração de Dirigentes de Empresas Estatais".
3. Os honorários são pagos em CRUZADOS.
4. Atualmente o Diretor Geral Brasileiro, percebe honorários de Cz\$ 165.075,74 (Cento e sessenta e cinco mil, setenta e cinco cruzados e setenta e quatro centavos) que, após descontos retidos em favor do Imposto de Renda e IAPAS, resultam em líquido de Cz\$ 118.818,15 (Cento e dezoito mil, oitocentos e dezoito cruzados e quinze centavos), conforme cópia do contra-cheque referente ao mês de setembro, que acompanha a presente

		RECIBO DE HONORÁRIOS		VALOR CZ\$
				165.075,74
NOME	NEY AMINIHAS DE BARROS BRAGA			REFERENTE AO MÊS DE
CARGO	DIRETOR GERAL BRASILEIRO			SETEMBRO/1987
RECEBI DE ITAIPU BINACIONAL O VALOR ACIMA DE Cz\$ 165.075,74 (Cento e sessenta e cinco mil, setenta e cinco cruzados e setenta e quatro centavos)				
RELATIVO AOS MEUS HONORÁRIOS REFERENTES AO MÊS DE setembro DE 1987 CONFORME DEMONSTRADO ABAIXO:				
(+) VALOR BRUTO				165.075,74
(-) IMPOSTO DE RENDA IAPAS				165.075,74 45.907,00 350,59
SUB TOTAL (2)				46.257,59
FGTS A DEPOSITAR: CZ\$ 13.206,06				LÍQUIDO (1-2) 118.818,15
30 de Setembro de 87		ASSINATURA		

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 1987.

AQUELE MENINO

(Odilon Muncinelli - Advogado)

A Associação dos Advogados de Porto União da Vitória já foi presidida, desde a fundação em 1970, pelos advogados Josué de Oliveira (de saudosa memória), Ronaldo Rodolfo Miers, Moacir de Melo, Roberto Cyro Corrêa, Lourival de Paula Rocha, Paulo Norvaldo Negendank, Vitor Lotoski, Zani Dalton Farah, Ivo Nowacki e Cezar Augusto Cardoso Reynaud.

Dela, fui um dos mentores e fundadores.

Hoje, mais um grupo de profissionais assumiu os seus destinos. Desta feita, sob a presidência do meu dileto e particular amigo CARLOS FAGUNDES.

O seu discurso de posse me impressionou, pela franqueza e desprendimento.

Há mais de 40 anos ele está integrado na famíliaforense, como serventário de escol (já aposentado) e agora como advogado estimado e conceituado, que se impõe pela formação e cultura; que exige de si próprio a perfeição no trabalho diário; incansável em tudo aquilo que faz; fiel a um compromisso assumido e levado em frente com empenho, dignidade e independência na postulação dos direitos e interesses que lhe são confiados. De origem humilde, venceu pelo seu próprio esforço.

Foi vereador combativo e vibrante, conhecido na Tribuna como "Lacerdinha".

Homem ligado à Igreja, crê em Deus e na sobrepujança do Bem ao Mal. É dotado de um elevado senso de fraternidade. Diante dele os outros são mais importantes do que ele próprio. Está sempre a serviço do ser humano. Muito contribui para a educação do jovem, naquele pedaço da sua vida que é a Casa de Formação. E, ademais, não esquece nunca o Instituto Piamarta, luta e sofre por ele.

É um homem simples e dedicado às causas que abraça. Procura alcançar os objetivos a que se propõe. Não se intimida com as dificuldades.

Suas amizades variam desde o mais humilde às mais destacadas personalidades do mundo profissional, social e político.

Possui um modo ímpar de convivência, sob uma conduta social que lhe é própria e sob um procedimento profissional raro nos dias de hoje. O seu convívio com os amigos é recheado de discussões (no bom sentido), de troca de idéias e de busca de soluções para os mais variados problemas. Na maioria das discussões é conciliador, noutras é extremista. Diz o que tem para dizer.

Mas, acima de tudo, é coerente na vida e na profissão.

Enfim, seu jeito tão particular de ser, seu idealismo, seu entusiasmo e dinamismo, sua bondade, configuram o seu perfil moral, reconhecido por todos.

Esposo, pai e avô estremoso.

Meu caro Carlos Fagundes, estas palavras são o meu compromisso com o passado, com o presente e com o futuro. Significam a minha sincera e merecida homenagem àquele menino pobre, de roupas surradas, de pés descalços às vezes; àquele menino... que vendia banana e jornais pelas ruas das nossas cidades; àquele menino... que acordava às 5 horas da manhã para carregar as malas dos viajantes que se dirigiam até as estações ferroviária e rodoviária; àquele menino... que sonhava com uma vida melhor; àquele menino... que com a sua humildade demonstrava toda a grandeza do homem de agora; àquele menino... que hoje é o meu PRESIDENTE!

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO PEDRO TONELLI, EM SESSÃO DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 1987.

BRESSER: "BRASIL NÃO SUSPENDE MORATÓRIA"

Liones Rocha

O Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira (PMDB), admitiu, ontem pela manhã, em Curitiba, que a inflação deste mês poderá atingir de 8 a 9%. Classificando, contudo, de irresponsabilidade a "concessão de aumentos reais de salários acima de 10%", alegou que não há arrocho salarial no país, a não ser nas cabeças dos empresários, juizes e dos trabalhadores, por culpa da imprensa. Sobre a dívida externa, Bresser Pereira afirmou que o Brasil não vai acabar com a moratória "enquanto não tivermos um acordo sobre a forma de pagamento", admitindo, porém, que o Governo brasileiro poderá aceitar um "token payment" (pagamento simbólico), "desde que ocorram progressos significativos nas negociações".

Bresser Pereira veio ao Paraná atendendo a convite do Grupo de Empresários de Curitiba (GEC) para pronunciar palestra realizada no auditório do Sindicato da Indústria da Construção Civil, na parte da manhã. Encerrados a conferência e os debates, Bresser Pereira concedeu uma rápida entrevista à imprensa. Em seguida se deslocou para o Palácio Iguaçu, onde almoçou com o Governador Álvaro Dias, o secretário do Planejamento, Francisco de Borja Magalhães, e com o secretário interino das Finanças, José Pio Martins, voltando a Brasília na parte da tarde.

ECONOMIA BRASILEIRA

Bresser Pereira iniciou sua palestra para os empresários recordando que assumiu o Ministério da Fazenda no dia 29 de abril. Portanto, vai completar seis meses de gestão no próximo dia 29 de outubro. Disse que, ao assumir o cargo, o país estava mergulhado numa das piores crises da sua história. "Estávamos com uma inflação fora de controle e sob uma crise financeira sem precedentes", destacou.

O ministro classificou o Plano Cruzado de a "maior ilusão que temos conhecimento", ressaltando que o Plano Bresser procurou, nestes seis meses, corrigir as taxas de câmbio, a estabilização de preços através do congelamento de forma mais flexível - dentro das limitações graves. Essas medidas, aliadas ao Plano de Controle Macroeconômico, segundo Bresser Pereira, possibilitaram uma "visão mais global das perspectivas do Governo", com resultados satisfatórios.

Bresser anunciou que o superávit do país no mês de setembro é de 1,4 bilhão de dólares, devendo ser um recorde. Destacando, porém, que este superávit foi alcançado em face de o país ter registrado um desaquecimento da demanda interna, o que incentivou as exportações. O Ministro não o considera benéfico, em termos reais, para o país. "Ele se deu por causa dos produtos exportados, aqueles que não tiveram mercado interno", explica.

ÍNDICES INFLACIONÁRIOS

Bresser Pereira considerou os índices inflacionários como "resultados satisfatórios". Jamais disse que teríamos uma inflação zero ou próximo de zero. Se analisarem o Plano Macroeconômico vão ver que não há uma palavra sequer sobre inflação zero. Seria irresponsabilidade calcular a taxa de inflação, mesmo porque não havia condições para isso. Havia uma idéia de que a inflação não seria de zero", disse o Ministro.

MINISTRO CULPA IMPRENSA POR INFLAÇÃO

Explicando o porquê da inflação, o Ministro lembrou que está ocorrendo a recomposição dos preços relativos, explicando: "No dia em que foi feito o congelamento, quando a inflação estava em 25%, alguns preços em relação a outros estavam totalmente desequilibrados: havia algumas empresas com alguns preços atrasados e outras, evidentemente, com preços muito adiantados".

"O que quer dizer preço atrasado? - continuou. Significa que, com aquele ganho, a empresa tem prejuízo ou uma margem

de lucro muito pequena. Um preço adiantado quer dizer que com aquele preço, se a empresa conseguir vender, ela tem um lucro muito grande, extraordinário. E a função do mercado é manter os lucros mais ou menos iguais em todos os setores. É claro que aí também depende da competência de cada empresário, na administração do seu negócio, a profissionalização e a modernização de cada setor, mas os lucros devem ser mais ou menos iguais e é isto que faz o mercado. Agora, com uma inflação de 25% ao mês, como estava, com um certo controle sobre alguns produtos, é claro que havia preços atrasados e outros adiantados".

"Eu tentei corrigir isto - prosseguiu o Ministro. E o ideal, claro, em termos teóricos, era que se atrasasse os preços adiantados e levantasse os preços atrasados. Aí, a não ser que houvesse outros fatores, caía-se em inflação zero. Mas o fato é que as empresas que têm preços adiantados não reconhecem isto e quando reconhecem, escondem; fato é que é impossível se saber. Por outro lado, as empresas que têm preços atrasados é fácil saber; elas gritam o tempo todo. Então não cabe outro recurso ao Governo que não ir, gradualmente, ir acertando esses preços. E toda a vez que se acerta um preço que estava atrasado, acelera-se um pouco a inflação. Por isso nós estamos fazendo essa correção muito gradualmente. Ao mesmo tempo em que estamos reordenando o CIP, estamos adiantando os preços das empresas que tinham seus preços atrasados".

Ao mesmo tempo em que foram liberados os preços. "Se vocês observarem com cuidado - lembrou Bresser - eu disse que o congelamento teria prazo de três meses e antes dos três meses já comecei a flexibilizar a economia, e hoje não existe mais congelamento e ponto final. O que existe hoje são alguns preços tabelados nos supermercados, mas isto não é congelamento; não se pode falar em congelamento porque a economia brasileira voltou a funcionar em bases fundamentalmente de mercado".

"E neste tempo estamos fazendo correções no setor cipado e essas correções provocam uma certa inflação. É o caso dos alugueis. No mês passado terminou o congelamento, os alugueis foram liberados e os proprietários fizeram os seus reajustes. Isto implicou em que, só neste mês, mais de 2% da inflação serão devidos aos alugueis, dos oito e pouco por cento que será a inflação".

Um outro fator a considerar - segundo o Ministro - é o seguinte: "Para fazermos um congelamento mais forte nós deveríamos ter congelado o câmbio, mas era impossível congelar o câmbio no Brasil, por três meses, e não congelamos por nem um dia. E nós tínhamos maturidade suficiente para

garantir a recuperação das nossas reservas internacionais. E isto foi feito".

Mas o Ministro guarda queixas da imprensa, à qual atribui responsabilidade por "certo alarmismo em relação à inflação. Este país vive de alarmes: quando começou o descongelamento, em agosto, começou a história de que a inflação, em setembro, seria de 15 por cento. Os jornais, que hoje são especialistas no alarmismo, porque refletem a sociedade que está insegura, falavam em inflação de 15% em setembro. Eu disse que era uma falsa analogia, porque se baseava no descongelamento ocorrido em fevereiro, que levou a inflação rapidamente a 10, 12%. Eu disse que não fazia sentido, que a inflação estava sob controle, que tinha alguns fatores a serem corrigidos mas nada que nos fizesse perder o controle da inflação, que acabou ficando em 5,7%. Então, era falsa a informação. Mas não adianta, passa e começa tudo de novo: voltam as previsões de inflação alta de novo. Mas não é nada disto: nós teremos uma pequena elevação da inflação, mas ela está sob controle. O que nós precisamos, na verdade, é ter uma visão mais tranqüila a respeito da economia brasileira".

No plano interno, Bresser apontou uma coisa que está preocupando os reajustes salariais. "Os trabalhadores depois do plano de estabilização passaram a ouvir que o Governo estava impondo aos trabalhadores um arrocho salarial sem precedentes. E a imprensa tem culpa nisto. A imprensa é uma empresa capitalista, formada por empresários capitalistas, conservadora demais aqui no Brasil, até para o meu gosto, e no entanto essa imprensa coloca em matéria de salário todas as barbaridades, todos os absurdos que forem ditos. Ela publica e incorpora".

"A Revista Veja - prosseguiu - logo depois do Plano, fez uma matéria falando em arrocho salarial. Não tinha dentro da matéria um único número que demonstrasse arrocho salarial, mas era isto que ela dizia. E os jornais fazem a mesma coisa. Por que? Por dois motivos (e é bom que os empresários fiquem conscientes): primeiro, porque os próprios jornalistas são todos assalariados, estão preocupados com os seus salários (eu também estou preocupado com os salários deles...). Segundo, porque os jornais são comprados pela classe média e é preciso colocar coisas que os leitores querem ler, de forma a agradá-los. Desse jeito, o que aconteceu? Inventou-se no Brasil que o Governo estava praticando um grande arrocho salarial; que o Governo havia "comido" a inflação de junho e estava dando um prejuízo de 25%, só naquele mês, aos trabalhadores".

Segundo Bresser, isto foi dito inclusive por assessores econômicos dos traba-

lhadores e posto nos jornais em prosa e verso. "E os empresários, apesar de terem grandes entidades de comércio, indústria, seus próprios assessores econômicos, não foram capazes de rebater isto, mostrar que não é verdade. E qual é a verdade a respeito do assunto?"

"A verdade é que - e eu sempre deixei muito claro isto, - frisou - que de fato houve uma redução do salário real no Brasil, do pico ocorrido entre agosto e novembro do ano passado. Quando da decretação do Plano Cruzado, os salários subiram verticalmente uns 20%, de março a agosto do ano passado; depois entre agosto e novembro se estabilizaram e a partir daí começou a inflação e eles caíram e foram caindo até junho, que foi o pior mês, porque aí já estavam abaixo do nível de março de 86. Estavam mais ou menos nos níveis de janeiro de 86; isto em junho de 87".

Então, o arrocho salarial foi isto, o arrocho entre aspas, porque o arrocho mesmo foi uma política utilizada pelos governos autoritários para deliberadamente reduzir salários. Outra coisa é uma perda salarial causada por fatores que estão fora do controle dos governantes ou de quem quer que seja. A inflação explodiu e o sistema de gatilho não era capaz de defender os salários e eles foram deteriorando-se e acabaram voltando a um índice um pouco abaixo daquele de março de 86".

"O que eu disse então, na ocasião? - lembrou Bresser, que eu ia fazer uma recuperação. No momento em que a inflação baixasse para 3%, isto imediatamente implicaria numa recuperação. Mostrei gráficos, etc., mas nada adiantou; a força com que a idéia de que o arrocho salarial tinha acontecido, fê-lo ficar na cabeça de todo mundo. Está na cabeça dos trabalhadores, na cabeça de vocês, empresários, e na cabeça dos juizes dos tribunais: está todo mundo com isto na cabeça, então fica muito difícil fazer a negociação. Começa-se a dar aumentos muito elevados, ou a justiça começa a homologar aumentos muito elevados".

"Vejam o caso da Justiça - prosseguiu: a idéia de dar, para quem tem data base em setembro, mais de 40%; e para quem tem data base em outubro, mais de 50%, sob a argumentação de que a inflação de junho foi roubada; se ela realmente tivesse sido roubada, significaria que neste mês os salários dos trabalhadores teriam que cair, só nesse mês, 20 por cento. Ora, cadê esse dado? Quem é que publicou os dados do salário médio real dos trabalhadores em junho/julho/agosto? Ninguém publicou, não há esses dados, pelo contrário, como eu previa, com a queda da inflação, quem recebeu o último gatilho em junho, para comprar com preços relativamente estabilizados,

representou um aumento de mais ou menos 10% real do salário de junho, ao invés da queda de 20%".

Bresser disse estar insistindo neste ponto "porque se vocês derem um aumento de 40% vai representar mais ou menos um aumento real de mais ou menos 20%, em relação a junho. Nós voltaremos às bases dos salários de agosto/novembro do ano passado e se nós voltarmos a essas bases, vamos ter novamente toda uma série de problemas provocados pelo aumento da demanda".

"O pior é que não vai acontecer isto, porque os salários reais não vão conseguir acompanhar a inflação; ela vai se acelerar: e aí perdem os trabalhadores, perdem os empresários, perdemos todos nós. É com isto que eu estou preocupado e eu vou qualquer dia produzir uma nota bem explicativa a respeito. Aliás, vocês precisam estar atentos a este problema".

"Da parte externa - prosseguiu - na hora de analisarmos o plano de controle econômico, concluímos que são três os problemas estruturais básicos da economia brasileira; três porque também tem a distribuição de renda. A distribuição de renda neste País é um escândalo e nós temos que tentar resolver o problema. Nós falamos tanto em capitalismo moderno; que precisamos construir um capitalismo moderno, mas na verdade a nossa distribuição de renda é muito curta. Esse é um problema fundamental que tem que ser resolvido um dia".

DÍVIDA EXTERNA

Bresser Pereira disse que o essencial a qualquer país é não comprometer mais do que 2,5% das suas exportações com endividamento externo. O Brasil já está beirando os 5% da sua capacidade de exportação e a dívida externa, atingindo 4,7%. Além disso, tem a dívida interna, em torno de 70 bilhões de dólares. O setor público paga 4,7% do PIB aos setores privados e 2,3% de juros da dívida externa. O Ministro enfatizou que na década de 1970 começou o endividamento externo de forma desordenada, criando o grande déficit público na economia brasileira. Os dólares tomados pelas empresas estatais foram usados, segundo ele, para importar petróleo e outros materiais. E de um lado tivemos o Governo aumentando as suas despesas, porque estava fazendo investimentos, e ao mesmo tempo as suas receitas, provenientes dos bens produzidos pelos Estados, foram diminuindo, criando a crise fiscal.

Para Bresser Pereira os Estados precisam recuperar a poupança e, para isto, têm que reduzir despesas, subsídios, aumentar tarifas públicas e impostos e reduzir juros internos e externos. "E aí vem o

problema da dívida externa", destacou o Ministro.

Na avaliação de Bresser Pereira, a dívida externa é o grande problema estrutural, junto ao déficit público "Se não encontramos solução para ela, será muito difícil sair da crise econômica", observou, recordando mais uma vez que já na década de 1970 foi dito que o Brasil não poderia ultrapassar os 2% da sua capacidade de exportação, na contração de empréstimos externos. "Já estamos chegando aos 5%" - voltou a frisar.

No segundo semestre de 1980 os bancos internacionais deram o sinal de que não estavam interessados mais em emprestar para o Brasil. "Os banqueiros achavam que o Brasil gastava mais do que podia. Em 1981 fizeram a monumental recessão, mas não adiantou. Em 1982 veio a crise do México. E em 1983, acompanhados do FMI, fizemos a recessão e reforma cambial, que foram boas. Mas em 1986 voltamos a ter problemas que se agravaram em 1987", explicou.

Segundo disse Bresser Pereira, nos últimos seis anos a economia brasileira está um pouco mais do que estagnada. "Realmente estamos com essa economia desaquecida desde 1980, com relação direta com a dívida externa", disse o Ministro.

PROPOSTAS DO GOVERNO

Bresser Pereira destacou que as propostas do Governo brasileiro para suspender a moratória, fechando o acordo, são: refinanciamento dos juros, com taxas mais baixas e conversão da dívida em títulos. Essas propostas causaram inquietação junto aos banqueiros internacionais, contudo, disse Bresser Pereira: "Houve algum avanço, mesmo porque é fundamental que os banqueiros saibam que não temos pressa". "O Brasil - assegurou - está disposto a fazer concessões, mas desde que os banqueiros façam o mesmo".

Na opinião do Ministro, se o Brasil fizer "um acordinho provisório, não vai sair disso". "Tem gente que acha que o Brasil está sendo radical, mas não está. Temos que tomar posição firme a respeito da negociação da dívida, para que possamos atingir a retomada do crescimento", frisou Bresser Pereira, acrescentando que há crises políticas que precisam também ser superadas. Para o Ministro, há também um exagero no pessimismo, por parte dos empresários. "Os bancos não têm para quem emprestar. Precisamos mudar esse clima de pessimismo, uma economia capitalista se regulariza pelo mercado", salientou, ao concluir a classe empresarial a investir mais e acreditar no crescimento do País.

POSIÇÃO OFICIAL

Bresser Pereira ao conceder entrevista à imprensa, aproveitou para divulgar nota sobre o posicionamento oficial do Governo, anunciado na Venezuela, por ocasião da viagem do presidente José Sarney, com relação à dívida externa. Na íntegra a nota oficial:

1. O governo brasileiro está muito interessado em colaborar para evitar a desclassificação dos débitos brasileiros pois essa desclassificação não consulta ao seu interesse nem ao dos bancos credores, nem mesmo ao do próprio governo dos Estados Unidos. Entende porém que as negociações em curso são o principal elemento para demonstrar seu desejo de regularizar com a maior brevidade sua situação financeira internacional.

2. O Brasil só suspenderá a moratória quando houver concluído com os bancos um acordo de reestruturação de sua dívida nos termos de sua proposta do último dia 25 de setembro, que deverá se constituir no ponto de partida para as negociações em curso.

3. Um "token payment" (pagamento simbólico) só será feito nos próximos dias se ocorrerem progressos significativos nas negociações. Na eventualidade de tal pagamento ocorrer ele será, contudo, efetivamente simbólico. A hipótese de pagamento correspondente a dois meses em atraso com o reinício do pagamento regular de agora em diante dos juros devidos a cada mês, não está em cogitação por se tratar, de fato, de uma pura e simples suspensão da moratória.

4. São dois os objetivos do governo brasileiro nessa negociação: realizar um avanço significativo na questão da dívida externa, encaminhando uma solução a longo prazo, e, em seguida, suspender a moratória. A suspensão sem que antes seja definido o montante de financiamento de juros necessário e as demais cláusulas do acordo significaria perda de reservas e/ou o retardamento indesejável nas negociações por

parte dos bancos.

REAJUSTE SALARIAL

Bresser Pereira não quis analisar com profundidade a decisão do presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans de conceder um reajuste salarial acima de 40% aos funcionários, alegando que o banco deu um aumento em excesso, respeitando a isonomia do Banco Central do Brasil e, que isso "é mal, mas foi inevitável". O Ministro concordou com os jornalistas que a posição do Governo, com relação aos trabalhadores, é uma incoerência, levando-se em conta as conversações que estão sendo mantidas visando um aumento de mais de 50% aos militares. Bresser recusou-se a dizer de quanto será o reajuste dos militares, limitando-se a dizer que as "conversações estão indo bem".

PARTICIPAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS

A conferência do ministro Bresser Pereira foi bastante prestigiada. Estiveram presentes, entre outros, o ex-ministro Karlos Rischbieter; o ex-governador João Elísio Ferraz de Campos; deputados federais Basílio Vilani, Renato Johnsson e Max Rosenmann; Glaucio Geara, diretor da Dipave; Maurício Frischmann, do Centro do Comércio do Paraná; Jorge Aloysio Weber, presidente da FIEP; Francisco Novelli Vianna, do Grupo HM; Atilano de Olmas Sobrinho, presidente da Inepar; Rubens Brustolin, presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná; Fernando Fontana, diretor do Banco Mercantil do Estado de São Paulo; Luiz Reinaldo Zanon, consultor financeiro; Miguel Zattar; Odone Fortes Martins, presidente da ADVB-PR; Celso Sabóia, presidente do Badep; Ewaldo Vita; Sérgio Prosdócimo, presidente do Grupo Refripar; Gilberto de Abreu Pires, chefe de gabinete da FIEP; Luciano Pizzatto e Carlos Alberto Pereira de Oliveira, da ACP.